

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**  
**DE 29 DE ABRIL DE 2015**

**N.º 2/2015**

**DIA:** Vinte e nove de abril do ano de dois mil e quinze.-----

**HORA:** Dezanove horas e quinze minutos.-----

**LOCAL:** Salão do Centro Cívico de Codal.-----

**O PRESIDENTE:** Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva (CDS/PP);-----

**2º SECRETÁRIO:** Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP);-----

- Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP), que chegou mais tarde, conforme oportunamente se faz referência;-----

- Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP);-----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosária de Fátima Leite Tavares, em substituição do Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado (PPD/PSD);-----

- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD);-----

29.04.2015

- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----
- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD), que chegou mais tarde, conforme oportunamente se faz referência;-----
- Sr. Serafim Rodrigues, em substituição de Mariana Cubal Fonseca Brandão (PPD/PSD); -----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS);-----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS); -----
- CDS/PP – Dra. Tânia Filipa da Costa Fernandes, em representação do Sr. Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
- CDS/PP – Sérgio Miguel Santos Soares, em representação do Sr. Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Manuel Correia de Campos, Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

**Não compareceram à sessão:**-----

- O Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (PPD/PSD);-----
- O Sr. Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (PPD/PSD);-----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro,** encontra-se presente em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Encontram-se ainda presentes os Vereadores em regime de permanência Dr.

29.04.2015

António Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.<sup>a</sup> Maria Catarina Lopes Paiva e  
Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva.-----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**No início dos trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite** agradeceu ao Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, por ter colaborado com a Assembleia Municipal, disponibilizando o espaço para ser realizada em Codal esta sessão.-----

De seguida, disponibilizou a correspondência recebida no período compreendido entre a última sessão (23 de fevereiro) e a presente data. A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados em pasta própria.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu ainda conhecimento do seguinte:-----

- O Sr. Abel Pinho Soares, Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, faz-se representar na sessão pelo Sr. Sérgio Miguel dos Santos Soares, tesoureiro daquela Junta. Após verificada a sua identidade e legitimidade participa nos trabalhos da sessão.-----
- O Sr. Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, faz-se representar na sessão pela Sra. Dra. Tânia Filipa da Costa Fernandes, tesoureira daquela Junta. Após verificada a sua identidade e legitimidade participa nos trabalhos da sessão.-----
- A Sra. Mariana Cubal Fonseca Brandão solicitou a sua substituição por não poder comparecer à sessão, tendo sido convocado nos termos da Lei o Sr. Serafim Rodrigues, que participa nos trabalhos da sessão.-----
- O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques solicitou a sua substituição por não poder comparecer à sessão, tendo sido convocada nos termos da Lei a Sra. Dra. Rosária de Fátima Leite Tavares. Após verificada a sua identidade e legitimidade participa nos trabalhos da sessão.-----

29.04.2015

**O Sr. Presidente da Assembleia** deu as boas-vindas àqueles que pela primeira vez participam numa sessão da Assembleia, desejando que venham engrandecer o debate, sempre em proveito da nossa terra. -----

**Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia propôs a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Dias** (no passado dia 23 de abril), pai do Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Dias, pai do Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, e do mesmo dar conhecimento à família.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite,** informou que a Câmara Municipal através do seu ofício 1017/15, de 22.04.2015, solicita o agendamento, ao abrigo do artigo 50.º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, do seguinte assunto “**Pedido de isenção de taxas – Falecimento de Ricardo José Paiva Gomes**”, apreciado em reunião pública da Câmara Municipal de 21 de abril. Colocou de seguida a votação o agendamento do referido ponto, tendo-se obtido a unanimidade dos vinte e quatro votos a favor do agendamento do ponto, ficando o mesmo a constar da ordem do dia como ponto n.º 11, renumerando-se o ponto seguinte.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia** informou ainda que, a pedido da Câmara Municipal, pelo seu ofício 1061/15, de 23.04.2014, o ponto 5 da ordem do dia “Alteração ao Regulamento do PDM – deliberação da Câmara Municipal de 16.04.2015”, é retirado de apreciação. Na informação técnica, anexa ao referido ofício, pode ler-se que não estão reunidas as condições para apreciação do assunto na sessão de 29 de abril, tendo em conta que até ao momento não foi feita a Conferência de Serviços que deve preceder a fase de discussão pública. Devendo o assunto ser retirado de apreciação.-----

29.04.2015

**Chegaram à sessão a Sra. Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra e o Sr. Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes.**-----

**No uso da palavra a Sra. Dra. Rosária de Fátima Leite Tavares** proferiu a seguinte intervenção, após cumprimentar os presentes: “Acabei de tomar posse como membro desta Assembleia. E fi-lo com muito orgulho, pois sei que tal ato me possibilita defender os interesses do Concelho e promover o bem-estar da nossa população.-----

E é, exatamente tendo em mente essa defesa dos interesses do nosso grande e multifacetado Concelho que passo a manifestar alguma preocupação, dissabor e alguma tristeza até, relativamente a uma atividade em curso no nosso fantástico Parque da Cidade, Dr. Eduardo Coelho.-----

Este espaço, que finalmente reúne o consenso de todos e por todos é justamente elogiado, o que naturalmente o PSD regista com agrado, é o palco da 12ª Mostra Municipal de Artesanato e Vinhos e do 2.º Festival Gastronómico da Vitela ... Valecambrense??...não, perdão... da vitela de raça arouquesa! Assim é que está correto!-----

Todas as atividades que vêm enaltecer Vale de Cambra são bem vindas e devem ser aplaudidas, sobretudo quando as mesmas se pretendem com âmbito e visibilidade nacional.-----

Ora, quando tal acontece – como foi o caso aqui, através da transmissão da RTP – não podemos deixar de parte ou até menosprezar nenhum aspeto do Concelho!

Mas tal, Sr. Presidente, lamentavelmente não aconteceu!-----

Vale de Cambra é um concelho conhecido pelo empreendedorismo e iniciativa dos seus empresários, somos lideres na indústria metalomecânica, que coexiste com o nosso forte cunho agrícola. Não basta, por isso, dizer que temos empresas de topo a nível nacional nas áreas da metalomecânica, laticínios e madeiras! E não basta por 2 motivos: 1º porque temos empresas que são referência a nível internacional; e 2º porque a indústria Valecambrense é digna de ser mais do que

29.04.2015

uma mera enumeração numa lista de um discurso! A nossa indústria é digna sim - de ser louvada e de ser dada a conhecer ao resto do País e ao resto do mundo. Não podemos, por via disso, lamentar a total ausência de referência a produtos locais marcadamente e assumidamente característicos de Vale de Cambra como são, o vinho verde, a manteiga e o queijo em detrimento de outros produtos que partilhámos com outros concelhos vizinhos como é o caso da vitela da raça arouquesa. Não é ao acaso, Sr. Presidente, que o nosso Brasão tem os elementos que tem. Lamentamos por isso, o esquecimento da indústria dos lacticínios do nosso concelho, completamente ausente de um certame feito em Vale de Cambra, que se assume como um evento para levar o nome de Vale de Cambra a todo o País e além fronteiras e se relega para segundo plano os produtos típicos do nosso concelho. Falar-se da indústria metalomecânica sem falarmos da indústria dos lacticínios, não faz sentido, não é sequer correto e é esconder parte da nossa história, porque, como todos sabemos, e se não sabemos devíamos saber, a indústria metalomecânica surge, desenvolve-se e atingiu a pujança a que hoje assistimos graças à forte indústria de lacticínios que Vale de Cambra sempre teve, esta dupla vertente é a nossa tradição, a que devemos preservar, dar a conhecer e perpetuar. É lamentável, por isso, que em tanto tempo de antena que custou aos nossos cofres não muito menos que € 50.000,00, não se tenha promovido um produto genuinamente Vale-cambrense como é o queijo e dado o seu devido tempo de antena.-----

Outro aspeto, que lamentavelmente ficou muito aquém do que se esperava foi a representatividade associativa do nosso concelho! Somos, felizmente, um concelho com uma forte expressão associativa e institucional, que, com todas as suas dificuldades vão sobrevivendo e fazendo mais e melhor a cada ano pelos seus jovens, seniores e idosos consoante a sua área de atuação. Esta área da comunidade, que tanto faz em prol do nosso Concelho e da nossa sociedade, foi deixada na sombra.-----

29.04.2015

Na sombra também ficaram paisagens tão meritórias de serem mostradas, temos 146 Km2 de área, sei que o tempo de antena é reduzido e que é impossível mostrar tudo, mas esta foi uma oportunidade perdida para levar mais alto e mais longe o nome de Vale de Cambra.-----

Não fomos verdadeiramente retratados como um “Vale Mágico” onde a agricultura coexiste com a forte vertente industrial, onde há efetivamente belos panoramas rurais e agrícolas mas também um enorme património mobiliário, onde a cultura associativa e institucional desempenha um papel fulcral na sociedade, um Vale onde a tradição ainda está viva, mas que tem os olhos postos no futuro.-----

Por outro lado Sr. Presidente, verifica-se, que estão apenas representados três restaurantes na mostra municipal, ao contrário de anos anteriores em que a participação e adesão dos nossos restaurantes locais era massiva e expressiva.- -

Há alguma razão específica para que este ano apenas estejam representados três restaurantes? Estará esta fraca adesão dos mesmos ligada às regras impostas aos mesmos, designadamente a obrigação de confeção de pratos de vitela arouquesa; não será este um obstáculo à participação dos mesmos? Sabe que esta mostra foi pensada também para os restaurantes é uma forma de se promoverem e como um incentivo à sua própria atividade? Acha que a mostra como a está a pensar agora, atinge esse propósito? Temos a certeza que não, até pela fraca participação dos restaurantes. Em doze anos de mostra foi o ano com mais fraca participação de restaurantes.-----

Acresce a tudo isto que mais uma vez retiraram ao nosso centro da cidade uma atividade que trazia pessoas, movimento e dinâmica, o nosso centro urbano está cada vez mais votado ao abandono e nada têm feito para corrigir esse desiderato, antes pelo contrário, desde que aqui chegaram parece que o único objetivo é esvaziar o centro da cidade, retirando-lhe as pessoas e o movimento que deveria ter. -----

29.04.2015

Julgamos pois que daqui têm que ser retiradas consequências, não basta fazer grandes festas para aparecer na televisão, temos de pensar as coisas no seu todo. -----

Muito obrigada pela vossa atenção.”-----

**O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, após cumprimentar os presentes, e estando no alto de Codal, num dos primeiros Centros Cívicos de Vale de Cambra, fez uma saudação especial às terras de Codal, às terras de Vila Chã e às de Vila Cova de Perrinho, na pessoa do Exmo. Sr. Presidente da Junta desta União de Freguesias. Agradeceu, em nome da bancada do PSD, a disponibilidade e a forma bonita de os receber. É uma honra ali estar, pois iniciou a sua vida pública começando com a construção deste edifício, bem continuada pelo Sr. Presidente da Câmara Dr. Luís Gonçalves.-----

**Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** que, após cumprimentar todos os presentes, e porque estão em Codal, manifestou o agrado da bancada do PS pela receção, numa casa simples, mas com as condições necessárias para os receber. Deu os parabéns ao Sr. Presidente da União de Freguesias pela forma como os acolheu aqui em Codal. -----

Porque estão em Codal, apresentou algumas sugestões em nome da bancada do PS. Uma das sugestões é sobre o Alto da Sra. da Graça e, embora saiba da existência de uma instituição presente e local que tem alguma responsabilidade, apelou à Câmara Municipal, que tanto tem apregoado o turismo em Vale de Cambra, que fizesse o aproveitamento e crie as acessibilidades necessárias ao Alto da Senhora da Graça, um miradouro por excelência e, como tal, deve ser enquadrado no Plano turístico que o Município pretende levar a efeito.-----

Uma outra sugestão que deixou, talvez mais difícil de concretizar, foi a execução de uma via de acesso entre a ER 227 e a zona industrial de Vila Chã, passando no fundo do lugar de Teamonde. Não sendo uma obra de extrema necessidade,



29.04.2015

mas com aquela zona industrial a crescer em bom ritmo e, sendo um acesso que não seria tão longo quanto isso, acha que esta obra não ficaria mal.-----  
Retomou um assunto falado na última sessão, respeitante à Helipista e à necessidade de proteger a zona florestal na parte alta do concelho. Estando a Câmara Municipal também empenhada em defender a mesma, foi sugerido aqui várias vezes criar um espaço onde se pudesse criar uma secção dos Bombeiros na parte Nascente do Concelho. Embora saibam que tal não é da total responsabilidade da Câmara Municipal, mas tal como a Câmara colaborou para a localização do novo Quartel Bombeiros, também poderia e deve colaborar nesta situação. No seu entender o Centro Escolar Arões/Junqueira é um local por excelência, até porque a mesma tem muito espaço e é uma escola com tendência a deixar de o ser, infelizmente. A Helipista poderia ficar nas referidas instalações porque tem espaço suficiente para o efeito, e em vez da mesma ficar localizada junto ao Quartel, já quase no concelho vizinho de Oliveira de Azeméis, ficaria muito melhor localizada em termos logísticos e de acesso às principais acessibilidades e não centralizado como se pretende, e que tem sido apanágio dos sucessivos executivos, de há uns anos para cá. Entendem que esta localização seria muito importante e concretizável com uma despesa muito reduzida.-----

De seguida, e uma vez que hoje são apresentados os documentos de prestação de contas de 2014, e que se aproximam dois anos de mandato, perguntou se já se sabe quanto custou o parque subterrâneo ao Município de Vale de Cambra. Perguntou ainda quanto é que este custou ao Município no ano de 2014. E, por fim, perguntou o que pretende o Município fazer no sentido de minimizar este custo.-----

**No uso da palavra o Sr. Albano Oliveira Braga**, após cumprimentar os presentes, referiu que Codal, até há bem pouco tempo era uma das mais pequenas freguesias do Concelho, embora sempre tenha sido muito dinâmica.

29.04.2015

Como referido pelo Dr. Manuel Augusto Carvalho, foi nesta freguesia que se construiu o primeiro Centro Cívico do Concelho. Acrescentou que ali em Codal se travaram muitas lutas, uma delas contra o aterro da Serra do Pereiro, a população toda junta, de todas as cores partidárias, cortaram as estradas durante uma semana, e conseguiram lutar. Em 1989 fizeram eleger o mais novo Presidente de Junta, o atual Presidente da Câmara, José Pinheiro. Em 1997 foi candidato independente nas listas do PSD, contra o Presidente que antes tinha feito eleger. Com isto quer dizer que a democracia, a defesa das ideias e do pensamento, têm de ser livres de qualquer cor partidária e de lutas. Referiu que José Pinheiro foi seu aluno, foi seu atleta e é seu amigo. Saúda como Presidente da Junta de Codal que foi. Codal, enquanto freguesia, conseguiu muita coisa pelo esforço dos Autarcas do passados e do presente, e nunca o Município deu nada a Codal. Codal tem rede de saneamento básico a 100%, rede de distribuição pública de água a 100%, rede de distribuição de gás natural, acessibilidades, um centro cívico, um recinto de jogos, um parque de merendas, os moinhos recuperados, o parque da Senhora da Graça, tudo sempre à custa do nosso trabalho, das gentes de Codal e de todos os autarcas que por aqui passaram, de todas as cores partidárias, e que sempre foram de boas contas, pois nunca deixaram de pagar os seus compromissos. Foram deixando boas contas, para os executivos que se sucederam. Informou que a freguesia de Codal foi a primeira a ter uma escola pública, doada pelo benemérito João Borges da Cunha, em 1905. Tiveram a construção do primeiro parque de jogos no final da década de 70, nos anos 77 e 78, fruto do nosso envolvimento e do nosso trabalho. Foram líderes na área cultural, mesmo antes do 25 de abril, travaram ali muitas lutas para conseguir o que hoje têm. Codal tem hoje uma pujança industrial forte, com empresas líderes de todos os sectores de atividade, sempre à custa do nosso esforço, os municípios nunca deram nada.-----

29.04.2015

De seguida, referiu que na sessão de junho de 2013 um membro desta Assembleia Municipal, o Sr. Dr. Manuel Augusto, afirmou que ele só entregava documentos falsos. Como “quem não se sente não é filho de boa gente”, aquela intervenção ficou em ata, a mesma foi aprovada, embora com o seu voto contra, mas quem lê as atas fica com a ideia que de facto só entregava documentos falsos. Até hoje esperou que o Dr. Manuel Augusto lhe dissesse alguma coisa sobre o assunto porque no debate político, no calor da discussão política, por vezes dizem-se coisas incorretas. Mas há sempre uma palavra que se deve falar entre uns e outros e tudo é desculpado. Como ficou na ata que só entrego documentos falsos, uma vez que não houve lugar a contraditório, e dado que em 2014 até foi assinado um documento a dizer que aquilo era ofensivo, que as palavras não eram as mais corretas, que foi assinado por pelo menos mais três pessoas, duas além de si e uma que não está aqui presente, esperou e espera que o Dr. Manuel Augusto diga alguma coisa, se não disser nada, entregará à mesa cópia desse documento assinado por quatro pessoas, por forma a ficar apenso à ata, para os Valecambrenses verem o que se passou na altura, o que é efetivamente verdade, e qual é o pensamento dessas pessoas da Assembleia Municipal.-----

**Concedida a palavra ao Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho,** referiu quanto ao que disse o Sr. Albano Braga, que esta Freguesia é das mais bem infraestruturadas do Município, mas é uma das Freguesias que pela sua dimensão, em termos de finanças locais, nunca teve capacidade financeira para fazer o que aqui está feito. Foi a Câmara Municipal que o fez pelos diversos executivos, esta é a verdade absoluta, talvez às custas de não se fazer o saneamento em Macieira de Cambra ou em Arões ou em outro lado. Tem de haver solidariedade, e se há mais num sítio possivelmente faltará noutro. Se o Sr. Albano Braga agradecesse às outras freguesias por terem cedido relativamente a Codal, até achava bem melhor.-----

29.04.2015

Relativamente à sessão da assembleia do anterior mandato, não tece comentários, apenas esclarece que este assunto passou em tribunal e teve decisão do tribunal, sendo a mesma decisão pública e quem quiser tomar conhecimento da mesma deve pedi-la ao tribunal. Não há nada a esconder, a ata é pública e a decisão do tribunal também. Não haverá mais palavra da sua parte sobre este assunto.-----

**Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga** informando, face à intervenção do Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho, que fará chegar o documento assinado no tribunal, para ser junto à ata, para que todos os Valecambrenses possam ler o que lá está, sendo o mesmo o contraditório daquilo que foi dito sobre si e sobre a suposta entrega de documentos falsos. Quanto sabe ninguém pediu o documento ao tribunal, até desconhecem isso, é a primeira vez que fala desta questão em público porque já passou um ano e meio e não teve nenhuma palavra de consolo do outro lado. O assunto está encerrado.-----

**No uso da palavra o Sr. Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes**, após cumprimentar os presentes, referiu, sobre a localidade de Vila Cova de Perrinho que apesar, de anteriormente, ser a segunda freguesia mais pequena do concelho de Vale de Cambra, com cerca de 400 habitantes, trata-se de uma localidade com um significado histórico e arqueológico de grande importância para o concelho e também a nível nacional, que mereceu o empenho do anterior executivo, tendo este executado obras de alguma relevância, tais como a pavimentação de todas as ruas, o acesso à água e saneamento a todos os pontos da localidade e a construção da Zona Industrial do Rossio, com bastante impacto nos Valecambrenses.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia** informou da sua pretensão de realizar também uma sessão em Vila Cova de Perrinho.-----

**Retomando a palavra o Sr. Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes** continuou referindo que a Zona Industrial do Rossio é muito atrativa e com resultados

29.04.2015

demonstrados ao nível do investimento, devido a vários fatores tais como o facto de se encontrar num meio onde existe muito *know-how* ao nível técnico, de empreendedorismo, a nível de gestão, a nível comercial e, também, por se localizar numa zona de fácil acessibilidade rodoviária, ao porto de Leixões, ao aeroporto, principais auto-estradas e, também, ao País vizinho, facilitando muito a competitividade das empresas ali instaladas.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** começou por referir o respeito pela pessoa do Sr. Dr. Manuel Augusto, que esta intervenção que hoje profere deveria ter sido feita na última sessão, pedindo que não façam ligações com a sessão de hoje, aprovação de contas, que não tem nada a ver com isso. Dirigindo-se ao Sr. Dr. Manuel Augusto que sempre de uma forma muito cordial, levantou o problema da auditoria e, com toda a propriedade, fazendo sempre menção ao Presidente da Assembleia porque desde o princípio sempre falou dela e, no primeiro discurso como Presidente da Assembleia voltou a falar dela. A exemplo do que aconteceu no ponto anterior com o Prof. Albano Braga, disse que, com esta exposição, fica resolvido o problema. Referiu que fará chegar à mão do Sr. Dr. Manuel Augusto uma ata da Câmara Municipal de 16 de dezembro de 2014, na qual o anterior Presidente da Câmara e, com o cargo das finanças, afirma “há uma dívida de mais de onze milhões de euros que na realidade, há, mas se quiser também a discuto consigo”, isto em relação ao Sr. Presidente da Câmara. Isto está gravado. Portanto, o ex-presidente da Câmara, o Sr. Vereador José Bastos afirmou isto, a ata foi aprovada, há registo dela, poderão até ouvir a gravação. Entende que este é um elemento objetivo e portanto para si este assunto das contas e do que foi a campanha, fica completamente resolvido. Levanta-se, neste momento, um outro problema, o da fiscalização da Assembleia Municipal relativamente à condução da atividade da Câmara Municipal, e havendo situações contingentes em curso, reserva-se, para mais tarde, tecer algumas considerações sobre esse aspeto da fiscalização.-----

29.04.2015

Pediu aos serviços de apoio administrativo o favor de entregar a ata da reunião da Câmara ao Sr. Dr. Manuel Augusto, o que foi feito de imediato.-----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou de seguida um assunto relativo às delimitações do Concelho. Referiu sentir-se ofendido ao ver folhetos, nomeadamente do concelho de Arouca, nos quais as fronteiras desse concelho invadem fortemente o território inserido na área da Freguesia de Cepelos, sem que as últimas Câmaras tenham tomado qualquer atitude em relação a essa situação. As Pedras Parideiras, vedadas por Arouca, fazem parte do território de Vale de Cambra. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara disse-lhe que este está a herdar um problema que terá de resolver. Informou que sempre o que fez jus a nível das delimitações territoriais foram as Cartas Militares, até 2001. Em 2001 surgiram as CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal), que vêm delimitar os territórios. Para haver alteração das fronteiras tem de haver acordo entre as Freguesias, cujas propostas de delimitação devem ser ratificadas pela Assembleia Municipal e, posteriormente, pela Assembleia da República. Em 2008, a Junta de Freguesia de Cepelos fez uma contraproposta de delimitação de território com a Freguesia de Albergaria (concelho de Arouca), não havendo até hoje acordo, portanto o que faz a delimitação da propriedade é a CAOP. Fica indignado relativamente à postura das Câmaras, porque entende que uma das coisas importantíssimas a nível da sua função é a preservação do território. Veja-se, por exemplo, o que acontece no alto das Baralhas, em que desde o princípio do século passado se luta para que aquela parte seja integrada no território de Vale de Cambra e isso não acontece. O mesmo tem acontecido no alto de Arrifaninha, o que têm lutado e os conflitos que isso tem trazido! Pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que tomasse isso em atenção porque aquele local das Pedras Parideiras, que está vedado, é Vale de Cambra, e Vale de Cambra sempre se manteve, ao longo dos tempos, passivo relativo a essa situação, provavelmente, porque aquilo são calhaus. Informou ter consigo cópia

29.04.2015

do único ofício de que tem conhecimento, podendo eventualmente haver outras situações, mas não encontrou na câmara mais nenhum ofício, mais nenhum documento oficial que não fosse esse documento da Freguesia de Cepelos precisamente a pedir à Câmara Municipal para tratar da situação e, provavelmente nunca mais ninguém se interessou. O documento data de 15.11.2005 é subordinado ao assunto “Limites da Freguesia de Cepelos”, e refere: “Pelo presente ofício informo e solicito a V. Exa. que analise e resolva o mais rapidamente possível a divisão entre a Freguesia de Cepelos e a Freguesia de Albergaria da Serra, concelho de Arouca, referente ao lugar de Póvoa dos Chões.” É este o único documento oficial que conhece, e que pediu aos serviços. Disse que só agora traz este assunto à atenção pois só tomou conhecimento disto através do Sr. Rogério, aquando da vinda do Bispo D. João Lavrador à freguesia de Cepelos, para fazer o Crisma. Mais uma vez referiu sentir-se indignado que todas as Câmaras tenham mantido esta postura, levando-o a pensar que só a mantiveram porque aquilo eram calhaus.-----

Por fim, disse ter informação sobre as CAOP, o que foram as delimitações, quais foram as propostas, está tudo documentado, o que poderá ceder a quem quiser ter acesso à referida informação.-----

**Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho**, referindo que poderia tecer algumas considerações, mas que, por razões óbvias, não o vai fazer. Não há acordo quanto às delimitações, nem na Freguesia de Arões, nem na de Cepelos, é um assunto por resolver, portanto não vai tecer considerações públicas. Entende que deveria ser estudado, antes de haver avanços públicos. Quis antes falar de uma curiosidade, referindo que quando começou a haver exploração de volfrâmio junto às pedras parideiras, em termos clandestinos, havendo um processo judicial interposto pelas pessoas de Cabrum porque iria retirar as águas do lado da casa florestal (lado nascente), dos regadios de Cabrum, e a exploração parou. Quanto à delimitação merece um estudo

29.04.2015

aprofundado, porque há quem conteste as CAOP. Deve ser devidamente estudado.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia** referiu que não podem confundir aquilo que são as suas ideias com aquilo que é a Lei. Não podem achar que podem andar a 150 na autoestrada quando a lei diz que é para andar a 120. Do mapa que foi a proposta de 2008 da Freguesia de Cepelos, quer a freguesia de Cepelos, quer a freguesia de Arões, oferecem terreno a Arouca e Arouca não aceitou. A única coisa que Vale de Cambra iria buscar, o que foge da CAOP, é um bocadinho de terreno assinalado na parte de cima da planta que mostrou à assembleia. Mas Arouca queria vir para baixo porque apanha os túmulos rupestres que lá estão. Quando não defendem o seu património perde-se a memória e a história. É sua função alertar todos os Valecambrenses para esta situação. Apelou a todos os partidos ali representados que façam tudo para que esta situação seja resolvida porque há uma inercia total das Câmaras anteriores relativamente a esta situação. Quando não preservam o que é seu, não são os outros que vem tratar dele.-----

**No uso da palavra o Sr. Manuel Correia de Campos**, após cumprimentar todos os presentes, e reportando-se ao tema das delimitações, referiu que a Câmara sempre se retirou das delimitações da Freguesia, no que diz respeito a Codal e Carregosa. Sempre que havia um pedido de construção, a Câmara de Vale de Cambra pedia autorização à de Oliveira de Azeméis para construir. O que levou a tal situação, que há pouco tempo teve conhecimento que retiraram um código postal a Vale de Cambra, o 524 - Nossa Sra. da Saúde de Arrifaninha. Cidadãos da freguesia queixaram-se que não conseguiam tirar o cartão de cidadão, apesar dele passar a Declaração de residência e respetivos limites da freguesia. Quem deu autorização não sabe, ele não foi. A lei diz que primeiro tem de haver consenso entre as juntas. Recebeu esta resposta de lá, pelo que alertou a Câmara Municipal averiguar o que se passou e o que se fez errado, ou se foi



29.04.2015

habilidade, até porque OAZ tem muita habilidade para caçar terreno a Vale de Cambra. Já teve reuniões com “esses senhores” e disse “vamos cumprir os mapas provisórios em Codal, Arrifaninha e Vila Chã”, eles dizem que só querem o mapa em Codal, que em Vila Chã é tudo deles. Ora não pode ser assim. Tem de haver um braço-de-ferro e dizer a “esses senhores” que não pode ser. Esta freguesia data de 1075, tive a amabilidade de deixar um livro sobre a freguesia, pedindo que todos observem a história da freguesia.-----

Agradeceu a deslocação a Codal, e esclareceu que a sessão não se realiza na sede da Junta de Freguesia por falta de condições para o efeito. Pediu ao Sr. Presidente da Assembleia na próxima vez que calhar à união de freguesias que se dirija a Vila Cova de Perrinho, terra que estima e onde continua a fazer as obras necessárias, fá-lo tanto em Vila Chã, como em Codal e em Vila Cova de Perrinho. O dinheiro das freguesias é para ser gasto nas freguesias a favor dos cidadãos. Enquanto estiver à frente da União de Freguesias, todas as verbas serão gastas a favor do cidadão e não em favor de amigos. Para si o trabalhador simples e o Sr. empresário são cidadãos iguais. A Junta de Freguesia tem trabalhado em parceria com a Câmara Municipal. Só em grupo podem fazer algo. No dia a seguir às eleições acabaram os partidos, no seu entender, constrói-se uma equipa e trabalha-se em conjunto fazendo muita coisa. Recordou que se fez muita coisa na Freguesia, relembrando o benemérito João Borges da Cunha, e mais recentemente um outro benemérito que não se poupou a esforços para que tenham tudo em Codal, a quem agradece por estar sempre disposto a ajudar, seu amigo pessoal e do Sr. Presidente da Câmara. A Freguesia cresce com a ajuda de todos. A Freguesia cresce com pessoas boas e com trabalhadores. É isso que têm feito, têm arregaçado as mangas e trabalhado. Espera que todas as Freguesias cresçam, quem está nas Juntas são os homens das costas largas, há um buraco, há falta água dirigem-se sempre ao Presidente da Junta. São o parceiro pobre da Câmara Municipal.-----

29.04.2015

**No uso da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos**, após cumprimentar aos presentes, com especial estima às pessoas da terra, saudou a sua presença porque revela preocupação e interesse pelos problemas da mesma.-----

Ao Presidente da Assembleia disse que ao ler a convocatória também ficou com dúvidas se se referia à União de Freguesia ou um sitio específico.-----

Codal, provavelmente a terra mais especializada de Portugal, com operários especializados e dedicados, com empresários criativos e inovadores contribuindo assim para a baixa taxa de desemprego que se verifica no concelho, tal como contribui para a criação de riqueza, quer do concelho, quer da nação, bem como contribui para o bem-estar e qualidade de vida na nossa terra. Não é um trabalho só da Freguesia de Codal, as Câmaras também têm colaborado para o desenvolvimento desta terra, salientando as Câmaras que antecederam a atual, com o saneamento, alcatroamento de algumas ruas, execução da Zona industrial de Lordelo/Codal, abertura da rua de ligação Lordelo-Codal, escritura e construção do Jardim de Infância de Codal, o associativismo, houve também parceria das Câmaras PSD para a colobração desta terra.-----

De seguida, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, e dado que a nossa terra é propícia à ocorrência de incêndios, qual o plano que a Câmara está a desenvolver para prevenção e/ou combate aos incêndios.-----

Perguntou como está a situação do Ensino Superior em Vale de Cambra, referindo que havia um projeto da antiga Câmara, uma parceria com o ISEP na qual este instituto iria gerir a parte curricular, cedendo a Câmara as instalações no caso uma parte do Edifício Municipal. Estava previsto que o curso, pensa que de engenharia mecânica, começasse já no presente ano letivo, pelo que pergunta porque tal não aconteceu. Pensa que era um projeto interessante, dada a dificuldade das famílias em deslocar-se para o Porto ou outras cidades, poderiam estudar na sua terra ficando mais em conta.-----

29.04.2015

Perguntou também o que Câmara está a fazer para a fixação, nomeadamente dos mais jovens em Vale de Cambra. Era uma preocupação já no executivo anterior, enquanto oposição, e muito bem. Lembrasse que na altura a preocupação era até com os alunos de medicina.-----

**Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga** referindo ser solidário com as palavras do Sr. Manuel Campos acerca da Freguesia de Codal. Louva a iniciativa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre as delimitações territoriais. Não devem nada a Arouca nem a Oliveira de Azeméis e têm de lutar pelos interesses dos Valecambrenses. Não há temas tabus, se têm razão na argumentação então têm de lutar. Se Vale de Cambra não luta pelo que julga que é seu, Arouca e Oliveira de Azeméis não lhe darão nada.-----

Acerca do ensino superior e das palavras proferidas pelo Dr. Carlos Matos, referiu que em 2012, numa sessão da Assembleia se falou do Ensino Superior, tendo sido muito mal tratado quando levantou essa questão. Lembra-se que foi a seguir à cerimónia de atribuição da medalha de ouro ao Padre Martingo. Nas reuniões que em que participou no Ministério da Educação e no Ministério da Economia e do Trabalho, surgiu a hipótese de se resolver o Ensino Superior através da FORESP, a Escola Tecnológica. A solução era uma questão de financiamento. Participou também numa reunião na FORESP, quando esse assunto foi ventilado. Contudo quando levantou a questão numa Assembleia Municipal foi muito mal tratado. Fizeram até chegar cartas à Mesa da Assembleia Municipal, que alguém leu de uma forma miserável, como nunca tal aconteceu, levando inclusive o líder da bancada do PSD, Dr. Paulo Barbosa, a protestar da forma como este assunto foi tratado. Na altura disse que quem escreveu as cartas (uma é do Concelho, outra de fora) iriam ter a resposta adequada. Acrescentou que não fala sem ter documentação, sem ter a força da razão. Assim, passado um mês, pediu por e-mail aos técnicos do Ministério da Educação que estiveram presentes nessa reunião, que dessem conta se o assunto tinha sido tratado e se a proposta para o

29.04.2015

Ensino Superior tinha sido ventilada ou não, e tem a resposta afirmativa dos mesmos. Assim, reserva-se para o futuro de fazer uma intervenção, ou publicação nos jornais, para toda a gente saber o que se passou naquele momento. O que fizeram realmente foi miserável.-----

Sobre a fixação de jovens, referiu que é de facto uma preocupação. Vale de Cambra é o terceiro ou quarto concelho da Área Metropolitana do Porto com maior salário médio desta região. É positivo ter uma baixa taxa de desemprego, é um facto, o que ainda hoje foi falado nas Jornadas de Empreendedorismo em Oliveira de Azeméis pelo Sr. Secretário de Estado da Formação e do Emprego. Os custos do trabalho estão a aumentar e os jovens não estão a conseguir fixar-se cá, e neste respeito, engloba os seus próprios filhos. Vale de Cambra tem das habitações mais caras da região. Os empresários do sector têm os apartamentos para venda e ainda assim continuam a pedir muito caro por uma habitação, então os jovens saem de cá. Os empresários têm de estar atentos a esta situação, que não é de agora. Os custos do trabalho estão a aumentar, a mão-de-obra qualificada está a faltar com muita acuidade no concelho, em quase todos os sectores de atividade, mas com mais acuidade no sector da metalurgia, metalomecânica e áreas afins. Os jovens quando saem é difícil haver retorno. Apelou ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo para, de algum modo, atribuir incentivos em termos fiscais e incentivos à natalidade para termos mais jovens no concelho, porque Vale de Cambra é um dos concelhos do País com a taxa de envelhecimento mais alta e com uma das taxa de natalidade mais baixas do País. Entende que é necessário promover medidas de incentivo.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite,** disse que o Sr. Albano Braga utilizou o termo julgar, esclarecendo que se julgasse que o assunto era assim não o tinha trazido cá, e que trouxe o assunto a esta Assembleia porque tem certeza do que disse. Usou o termo “julgar”, sabe que foi utilizado no meio da confusão, mas gosta muito de precisar as palavras. Se não

29.04.2015

tivesse a certeza, se julgasse que era de outra maneira, não tinha trazido o assunto, trouxe-o porque tem a certeza que é assim!-----

**O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** referiu, sobre a delimitação do concelho, que acha que tem toda a razão de ser, quer a que o Sr. Presidente da Assembleia falou, quer as outras já aqui referenciadas. Pensa que será importante fazer um estudo profundo das várias situações, de até onde será possível ir, e depois trazer à Assembleia para tratarem deste assunto, numa assembleia só para esse fim.----

Sobre o ensino superior, referiu que já em campanhas anteriores foram feitas, promessas cegas sobre o ensino superior, pelos candidatos que então vieram a ser eleitos como Autarcas do município. Na última campanha eleitoral, no debate que teve lugar no Centro Cultural, ao qual assistiu, o Sr. Presidente de então voltou a fazer a promessa do ensino superior em Vale de Cambra, e o Sr. Presidente da Câmara atual disse que se fosse eleito conseguiria de certeza o ensino superior em Vale de Cambra, que este seria uma realidade. Foi então que ocorreu a célebre gargalhada do então Presidente de Câmara. Acrescentou que foram eles que prometeram, que ele também andou na campanha eleitoral mas não fez promessas irrealistas a ninguém. Se prometeram, agora têm de resolver o problema, ou a sós ou em parceria. Os Valecambrenses ficarão muito gratos com a vinda do ensino superior para Vale de Cambra, ele também ficará contente e cá estará para dar louvor a quem de direito, quando isso acontecer.-----

**Interveio o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos** referindo que tem a maior estima por todos os membros da Assembleia, para si não é a política, a religião ou o futebol que o fazem ter divisões, podem portanto pensar de forma diferente, mas fez uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, não o fez a nenhum membro da Assembleia Municipal, portanto neste momento queria a resposta do Sr. Presidente.-----

29.04.2015

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que tem conduzido as sessões concentrando todas as intervenções, dando apenas no fim a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** começou por prestar homenagem a quem, no seu entender, lutou pelo ensino superior em Vale de Cambra. Informou que há um curso para o ensino superior em Vale de Cambra despachado e aprovado pelo Sr. Dr. Mariano Gago, então Ministro do Governo do Sr. Eng.º José Sócrates, tendo o ISEP ficado encarregue de o colocar no terreno. No entanto, isso coincidiu com dificuldades imensas, quer dos politécnicos, quer do ensino superior e o ISEP não o conseguiu fazer. De facto, há outras promessas que não entram aí, e outros *timings*/horários para começar. Isto diz e testemunha porque é importante para dar continuidade ao processo, porque o que interessa aqui é que o ensino superior venha para Vale de Cambra, porque é de facto a cúpula dourada do sistema de ensino no nosso Município.-----

Mais não quis acrescentar dizendo que “o resto nem tem resposta, nem mandado”.-----

**Intervio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** começando por fazer uma saudação especial à população de Codal presente, na pessoa do Sr. Manuel Campos, e também do Sr. Presidente da Câmara que é um Codalense ilustre.-----

Ao Dr. Carlos Matos referiu que quando este falou das questões demográficas e que o executivo falava dos estudantes de medicina, notou de facto em todo o executivo um grande espanto. Pensa que poderá haver alguma confusão quando numa sua intervenção, na assembleia municipal, se referiu aos ex-estudantes de medicina. Ao que o **Sr. Dr. Carlos Matos** esclareceu que se referia ao mandato anterior. Continuou o Sr. Dr. José Soares referindo que a saudação que presta à população de Codal ainda é mais forte, porque estão num território que tem tido uma franca evolução demográfica ao longo dos tempos. Se todo o Concelho se

29.04.2015

comportasse como Codal, em termos demográficos, não teriam este problema. Lembrou que, no início do século, a população de Codal, espalhada pelos 3Km<sup>2</sup> que tem, era de 350 pessoas e, no fim do século, início do século XXI, era de 1050, falando-se de um período de cem anos, sendo de destacar que nos anos 40 Codal perdeu o território de Vila Cova de Perrinho e, mesmo assim, a sua população triplicou. Obviamente que este grande dinamismo demográfico está também associado a toda a dinâmica que a freguesia teve ao longo do tempo, ao nível, nomeadamente económico, industrial, onde vários sectores de atividade coexistem numa indústria muito diversificada, passando pelo sector das madeiras com um peso muito grande, passando pela metalomecânica, pelo têxtil e vestuário, pelas embalagens metálicas, pelo mobiliário e por tantos outros sectores. Isso é que ajuda, de facto, uma terra a crescer. É pena que contingências políticas tenham feito perder a dignidade a estas terras e tenham-lhe roubado a sua independência e a sua autonomia. -----

Voltando à intervenção do Sr. Dr. Carlos Matos pediu desculpa por ter julgado que havia confusão com os ex-alunos de medicina.-----

**O Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos** esclareceu mais uma vez que se referia ao mandato anterior.-----

**No uso da palavra o Sr. Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro** deu os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela coragem de ter trazido a atenção o assunto das delimitações territoriais, porque é um assunto que tem sido descurado ao longo destas décadas. Antes de continuar referiu que faz esta intervenção como Membro da Assembleia e não como Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara.-----

**Interrompeu o Sr. Presidente da Assembleia** esclarecendo que como Chefe de Gabinete não poderia obviamente ter o uso da palavra neste momento, apenas no período de intervenção do público. -----

29.04.2015

**Retomando a palavra o Sr. Pedro Magalhães** referiu que quis apenas deixar esse esclarecimento para não virem a associar a sua intervenção à Câmara.-----

Relativamente à questão das Pedras Parideiras referiu que ela é bastante clara e que o Executivo, pela mão da Sra. Vereadora Dra. Daniela Silva, deu uma afirmação do que é o nosso território. A Monografia que recentemente foi executada tem uma página direcionada às Pedras Parideiras. Este trabalho da defesa da nossa cultura e do nosso património já está a ser feito por este executivo. Quem fizer uma pesquisa ao longo da história verificará que, o jornal a Voz de Cambra, na década de 50, fez referência às Pedras Parideiras como Concelho de Vale de Cambra. Isto é importante. Como podem valorizar o território e apostar no turismo se não olham para o território que têm e não valorizam o que é seu? Fala com toda a naturalidade porque, apesar de ser natural de Arouca, veste a camisola, ou seja, defenderá até às últimas consequências as Pedras Parideiras como uma parte constante do território de Vale de Cambra.-----

**De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite,** concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, não sem antes dizer que estão reunidos há sensivelmente uma hora e um quarto, e de forma a manter a duração de cerca de hora e meia que têm vindo a ser os períodos de antes da ordem do dia, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que, se possível, tente fazer a sua intervenção em cerca de vinte minutos.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** e após cumprimentar todos os presentes, especialmente o Sr. Presidente da Junta, Sr. Manuel Campos e os Codalenses ali presentes, referiu que vai tentar responder resumidamente a todas as perguntas.- Manifestou a sua satisfação por estar no Centro Cívico de Codal, uma casa que lhe é grata, na qual esteve dezasseis anos, em que deu o seu melhor, fez o melhor que podia e sabia em prol da população de Codal. Se de facto, em 1989 quando ali chegou, aquilo que era a filosofia da Freguesia era que estava tudo



29.04.2015

feito, referiu que em 1989 muito pouco estava feito na Freguesia, pois a maior parte dos caminhos eram em terra batida, não existia abastecimento público de água e saneamento, não existia gás, a iluminação era deficitária, a escola era a doada por João Borges da Cunha em 1903 e, que a Câmara e bem foi adaptando como escola da Freguesia, não existia a pré-primária situada junto ao Parque dos Lagos. A este propósito aproveitou para homenagear a família do saudoso Dr. Assis Teixeira que doou ao Município, via Junta de Freguesia, o terreno onde foi construído o Jardim-de-infância de Codal. Não existia também o que veio a ser o ex-libris da freguesia - o Parque de Lazer dos Lagos, e a este respeito saudou o falecido Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite que generosamente doou também o terreno para a construção do mesmo. A freguesia está eternamente grata por esse gesto. Não existia também o Polidesportivo do Barreiro, existia um litígio latente entre a antiga Junta de Freguesia e a família do Dr. Teixeira da Silva, mas após ultrapassado o problema, com a ajuda do instituto do Desporto, conseguiu-se através de uma candidatura construir o Polidesportivo que ainda hoje está em funcionamento. Aqui também temos de ser justos e corretos, dar o seu a seu dono, naturalmente nem tudo foi feito pela Junta de Freguesia sozinha, a Junta insistiu, a Junta pediu, reclamou, e a Câmara foi, muitas vezes de uma forma muito expedita, colaborando com a Junta de Freguesia de Codal, outras vezes com maior dificuldade, com mais luta, com mais obstaculização, mas as coisas foram feitas, a Freguesia cresceu dentro daquilo que foi possível fazer. Foi um esforço conseguido e hoje, passados estes anos, e após ter estado quatro mandatos na Freguesia, ele e as equipas que o acompanharam fizeram tudo ao seu alcance para fazer o melhor por Codal. Agradeceu ao Sr. Manuel Campos que, com ele esteve na Junta durante sete anos, e que sempre deu o melhor, foi incansável, que dedicou todo o seu tempo ao que é o interesse público e trabalhar em prol da comunidade. Esse é que deve ser o espírito e a forma de trabalhar, essa será sempre também a sua forma de estar, ao serviço da população de Vale

29.04.2015

de Cambra, se foram eleitos têm a obrigação de dar sempre o melhor, certo que nem sempre conseguem, por mais que tentem, fazer aquilo que pretendem.-----

Respondendo à Dra. Rosária Tavares, e em jeito de comentário, referiu não saber onde foi buscar o valor dos cinquenta mil euros referido, gostaria de conhecer a fonte, mas efetivamente não estão a falar de uma verba semelhante. Começando pela questão da vitela da raça arouquesa, referiu que é uma questão de cultura geral, não querendo dizer que a Sra. Dra. é inculta, tal não lhe passa pela cabeça, mas nem sempre dominam todas as matérias, passando a informar que em Vale de Cambra em termos genealógicos a vitela da raça arouquesa era conhecida como a “serrana”, mas a raça serrana não existe, existe sim a raça arouquesa que é a que está inscrita e registada nos livros genealógicos. Daí a utilização dessa raça como raça autóctone que o é, não é uma raça do concelho de Arouca ao contrário do que as pessoas pensam, pois nesse caso seria a “raça arouquense”, mas é arouquesa e, que tem o seu solar em Cinfães, Baião, Resende, S. Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra. Entenderam fazer o aproveitamento porque um produto local e regional, é naturalmente um produto que se deve vender, e o entendimento tem obviamente a ver com a qualidade, textura e sabor da carne. Não o envergonha promover ou ajudar a promover essa raça. Esclareceu ainda que em Vale de Cambra existia uma raça branca e preta que todos conhecem como produtora de leite e que era conhecida por “raça turina”, mas essa raça não existe, trata-se sim da “raça frisia”. É uma questão de “dobrar a língua” e chamar neste caso o boi, ou a vaca, pelos nomes, porque de facto é esta a real designação. Isto deverá ser pacífico e não politizado ou utilizado como arma de arremesso político, porque estão a defender um produto nosso, que tem uma denominação de origem, cuja entidade a ANCRA não é de Arouca, mas uma entidade da Região que abarca os vários concelhos, prova é que a ANCRA foi um parceiro atento, cuidado e próximo da Câmara Municipal na realização deste evento. Agradeceu a esta entidade tudo o que fez e,

29.04.2015

particularmente por ter proporcionado que se tivesse organizado em Vale de Cambra o primeiro concurso nacional de bovinos da raça arouquesa. Informou que o concurso correu bem, tendo havido participantes dos vários concelhos que integram o solar da raça. Houve sucesso na iniciativa e não tem conhecimento de que alguém, até ao momento, se tenha queixado da qualidade do produto que servido nos restaurantes presentes na feira. No que se refere à quantidade dos restaurantes, foram os que aderiram ao certame, sendo que o convite foi endereçado a todos, não tendo por hábito estar a pressionar para que os restaurantes estejam presentes, aqueles que estão presentes são os que efetivamente quiseram marcar presença. Até ao momento não tem conhecimento de queixas no serviço e na qualidade da comida. O objetivo foi conseguido, tendo sido feito um *upgrade* em relação ao que era o modelo de anos anteriores. - Em relação ao que foi possível promover em relação ao nosso concelho foi naturalmente selecionado em parte pela RTP. Tivemos influência em algumas coisas, os quatro locais do concelho foram propostas do Município, a saber a Sra. da Saúde que entende ser um ex-libris religioso do Concelho, um local de peregrinação, que merece ser visitado; o Parque da Cidade também foi recomendado pela Câmara; bem como a Barragem Eng.º Duarte Pacheco; e a Aldeia do Trebilhadouro. Todo o restante alinhamento foi pensado e decidido pela produção da RTP, que tem naturalmente o seu alinhamento editorial e não se pode interferir naquilo que são os conteúdos que a televisão considera fundamentais. Referiu que não houve, nem nunca haverá qualquer intenção em marginalizar a indústria, pelo contrário. Deu conta de uma missão empresarial, na qual esteve com vários empresários do concelho, e que teve lugar em Paris. Foram recebidos pelo Sr. Embaixador de Portugal em Paris, estiveram no Consulado em reuniões bilaterais, com empresários portugueses de Vale de Cambra e de Arouca. Este encontro empresarial foi organizado pela AECA – Associação Empresarial de Cambra e Arouca, em colaboração com as empresas

29.04.2015

e as Câmaras Municipal dos dois concelhos. Afirmou que estão e, estarão sempre, preocupados em dar resposta àquilo que são as preocupações da indústria e, em encontrar novos canais, para que as empresas possam crescer. Informou que durante o dia esteve com o Sr. Secretário do Emprego, com o Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis e a Sra. Vereadora Eng.<sup>a</sup> Catarina Paiva, na abertura do “Aqui há futuro”, iniciativa conjunta destes dois Municípios. O Sr. Secretário de Estado quis associar-se à iniciativa e no seu discurso de abertura teceu rasgadíssimos elogios à dinâmica industrial dos dois concelhos. Este projeto arrancou o ano passado em Vale de Cambra, decorrendo esta segunda edição decorre em Oliveira de Azeméis. No final desta edição começam já a trabalhar na terceira, que esperam tenha lugar em Vale de Cambra, de acordo com o previamente acordado. Referiu ainda que doze empresas do concelho marcaram presença neste “Aqui há futuro”, empresas de referência, de topo, do concelho. Este é o caminho a seguir. Se dedicam um dia à paisagem e àquilo que são as belezas naturais do concelho, não têm de ficar melindrados com isso, nem dar por mal empregue o tempo. Parafraseando o Sr. Vice-Presidente disse que isto não foi uma oportunidade perdida, mas uma oportunidade que criaram para crescer e para mostrar o Concelho. Tiveram um *feedback* positivo. Naturalmente, no meio de tantas pessoas que são ouvidas, entre instituições, empresas, artesãos, público anónimo, que fazem a sua intervenção nestes programas, há sempre um ou outro com menos à-vontade perante as Câmaras, mas entende que o programa em si foi positivo e, que tenha conhecimento, nunca até hoje se dedicaram tantas horas de antena televisivas a Vale de Cambra, sendo que a RTP chega aos quatro cantos do mundo. Quanto aos custos referiu que a RTP veio a título gratuito, havendo naturalmente algumas despesas associadas, referentes ao aluguer de uma tenda, umas garrafas de água, um gerador, tudo o que é logística para que o programa pudesse ocorrer.

29.04.2015

Não houve pagamento de caché à RTP, esta não cobrou nada, portanto o custo-benefício foi extraordinariamente positivo para o Município.-----

Em relação à intervenção do Sr. Eng.º Afonso Almeida, referiu registar com agrado algumas das sugestões feitas pelo mesmo. Quanto à Senhora da Graça, referiu que enquanto foi Presidente da Junta sabia quais são os problemas associados a este acesso ao miradouro da Senhora da Graça, assim como o atual Presidente da União de Freguesias sabe, até porque é Codalense. Não quis dizer muito mais, acrescentando apenas que o acesso construído há uma série de anos, foi realizado por privados, nunca por iniciativa do Município ou da Junta de Freguesia. Os terrenos são privados e quem investiu foram os privados. Enquanto Presidente de Câmara e, na altura como Presidente Junta, não tinha legitimidade assim como o atual Presidente da União de Freguesias não tem legitimidade para intervir naquilo que é o domínio privado. Se um dia os privados vierem dizer que está tudo à disposição do domínio público, aí sim seria imperioso que o Município ou a Junta de Freguesia fizessem uma intervenção.-----

No que se refere à sugestão do acesso entre a ER 227, passando pelo lugar das Cãs, em direção a Vale Pereiras (perto da Padaria de Teamonde), informou que já foi feito um estudo há uma série de anos e, que enquanto presidente de Junta pediu colaboração à Câmara Municipal, para se avançar porque era um acesso interessante. Não está esquecido, não está fora dos horizontes, mas não acredita que seja num horizonte imediato.-----

Em relação à helipista dos bombeiros em Arões, o assunto já foi abordado noutras oportunidades e em outras assembleias, pensa portanto que é fastidioso estarem a falar novamente sobre ele. Embora seria interessante ter os Bombeiros em todos os cantos do concelho e, concretamente na zona interior do mesmo, naturalmente está aqui sempre associado o custo, e esta deverá ser uma vontade do Corpo de Bombeiros, a quem competirá manifestar ou não esse interesse.

29.04.2015

Interessante era, tem algumas dúvidas quanto à sua exequibilidade no que respeita ao custo associado e aos meios que seria necessário afetar.-----

No que se refere ao custo do parque subterrâneo, gostava de saber dizer, mas de momento não sabe, pensa que dentro de algum tempo todos virão a saber. Informou que, muito recentemente, a ACA pediu a constituição de um tribunal arbitral para avaliar esta questão. Esta questão terá naturalmente que ter o seu desfecho e quanto mais rápido for melhor, por outro lado quanto mais depressa for o seu desfecho mais rápido a Câmara ficará asfixiada. Se já estava asfixiada, mais dificuldade terá em respirar, “eventualmente com algumas botijas de oxigénio” poderá eventualmente sobreviver. Acrescentou que o Tribunal de Contas não deu o visto e como tal a Câmara Municipal não pode honrar as deliberações tomadas pela Câmara e pela Assembleia, ficaram portanto impossibilitados de fazer o negócio, sendo que nunca existiu nenhum financiamento para suportar os encargos com o referido parque, como chegou a ser ventilado, nem houve mais nenhum desenvolvimento no negócio para além das referidas deliberações.-----

Em relação às Pedras Parideiras e, não entrando profundamente nesta questão, referiu apenas aos Membros da Assembleia, Presidentes de Junta e ao Sr. Presidente da Assembleia, que têm estado a trabalhar na questão das delimitações administrativas quer com o Município de Oliveira de Azeméis quer com o de Arouca. Naturalmente que o que está para trás terá de ser analisado e, o que foi dito pelo Sr. Presidente da Assembleia, cuja intervenção agradeceu, terá de ser analisado, escarpelado, com cuidado e visto à lupa. Quando sobre o mesmo houver novidades, voltarão a falar no assunto.-----

Sobre o que o Sr. Albano Braga disse, respondeu-lhe em tom de brincadeira referindo que em 1997, quando foi seu adversário, este teve azar, o que provocou o riso da assistência.-----

29.04.2015

Em relação ao limites de Codal e à intervenção do Sr. Campos, Presidente da União de Freguesias, referiu que os travaram grandes batalhas juntos, com a Freguesia de Carregosa, com a falta de polimento do anterior Presidente de Junta de Carregosa, que nem sequer se queria deslocar a Vale de Cambra, “território inimigo”. Relembrou que, por altura da realização dos Censos de 2001, deslocou-se um técnico do INE de Lisboa, para uma reunião que teve lugar na Junta de Freguesia de Carregosa, e que o senhor foi tão mal tratado que abandonou a reunião tendo a Junta de Freguesia de Codal o mesmo procedimento, porque não era mesmo fácil resolver as coisas com aquela Junta. Quer agora acreditar que, trabalhando em parceria e em colaboração com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, o assunto se resolverá. Relembrou a parceria na realização do projeto “Aqui há futuro”, felicitando a Sra. Vereadora Eng.<sup>a</sup> Catarina Paiva e os Colaboradores da Autarquia pelo esforço que tornou possível o evento, convidando ainda todos para visitarem o certame, de grande qualidade. As empresas de Vale de Cambra estão muito bem representadas, naturalmente estão presentes também bastantes empresas de Oliveira de Azeméis. Por isso acredita que trabalhando em união, com cooperação e entre-ajuda, conseguem atingir os objetivos. Ressalvou que, sendo no momento o Presidente da AMTSM – Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, tem de procurar que o entendimento entre todos os Municípios seja o melhor possível, porque trabalham em cooperação, para a Associação de Municípios. Assim como o Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis é agora o Presidente do Conselho de Administração da Área Metropolitana do Porto e tem por missão coordenar os 17 Municípios que integram a AMP.-----

Sobre a questão colocada pelo Dr. Carlos Matos, relembrou que o terreno para o J.I. de Codal foi doado pela família do Dr. Assis Teixeira, tendo a Câmara Municipal construído o edifício, pois a sua execução é da competência do Município.-----

29.04.2015

Quanto aos incêndios, referiu que este é um assunto que sempre o preocupou e, que muito recentemente o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios foi apresentada aos parceiros municipais e mereceu aprovação do Instituto de Conservação da Natureza e das florestas. Acrescentou que os meios vão ser os possíveis, haverá um esforço grande de vigilância por parte dos sapadores florestais e o Corpo de Bombeiros estará também disponível, com reforço de meios. O helicóptero estará sediado no concelho. Informou ainda que tem tido reuniões com os GIPS no sentido de incentivar a vigilância e a primeira intervenção musculada, quando o incêndio deflagra, de forma a não deixar o mesmo progredir. Está também em curso uma campanha de sensibilização efetuada pelos GIPS, nos locais mais sensíveis do concelho, em várias Freguesias, Rôge, Arões, S. Pedro de Castelões, centrada na sensibilização e fiscalização de gestão de combustível em redor das edificações, numa primeira fase pedagógica, e depois será feito outro tipo de atuação por parte das forças de segurança.-----

Em relação ao Ensino Superior, disse que estão a trabalhar nesta matéria e acredita que vão conseguir com esforço, dedicação, boa vontade, mas também com o envolvimento das empresas porque o ensino é fundamental e cada vez mais importante para a mão-de-obra qualificada do Município. Teve conhecimento que, neste momento, Vale de Cambra é o concelho do País com a taxa de desemprego mais baixa. A notoriedade do território, todo o trabalho que está a ser feito, irá contribuir para que os jovens se fixem em Vale de Cambra, mas não será de um dia para o outro. Terá de haver um trabalho sério e muito dedicado à formação, precisam de ter mais jovens a fazer formação em Vale de Cambra, a fazer cursos técnico-profissionais simples, cursos técnicos-superiores, bem como outros cursos que eventualmente se possam trazer para Vale de Cambra. Ainda hoje solicitaram ao Governo para que aprovasse ou ajudasse a criar mais cursos



29.04.2015

em Vale de Cambra. Portanto, estão a trabalhar ativamente nisso e acreditam que o futuro poderá ser risonho.-----

Nestes últimos tempos, fizeram um evento que classifica como muito importante, foi a primeira vez que celebraram em Vale de Cambra o Dia Internacional das Florestas, com a presença da Senhora Ministra da Agricultura e do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna. A Casa do Trebilhadouro já está pronta. Foi feita uma candidatura para o efeito, foi construída e inaugurada em tempo recorde. Foi também disponibilizada ao Município a Casa da Cota e o Parque de Merendas na Freita, que serão mais dois polos de atração para o Concelho e para a Serra da Freita.-----

**Neste momento**, e porque o Sr. Presidente da Câmara falava sobre a atividade municipal, **o Sr. Presidente da Assembleia** lembrou-o que ainda não entraram na ordem do dia. -----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos** informou que falou no ensino superior porque havia um dossier já do executivo anterior e queria saber porque o curso não tinha avançado, tratando-se de uma parceria com o ISEP.-----

**Ausentaram-se da sessão os Senhores José do Nascimento Peres e Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro.**-----

**O Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Leite** referiu que o assunto já foi esclarecido. De seguida, pediu desculpa por não ter colocado a votação a ata logo no início do Período de antes da ordem do dia, tendo de imediato passado a esse ponto: -----

**- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite** informou que não chegaram até ao momento pedidos de retificação à proposta da ata, deixando à consideração dos presentes alguma correção, o que não veio a acontecer.-----

29.04.2015

**A Assembleia Municipal** aprovou a ata da sessão ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e quinze, por maioria de dezanove votos a favor, tendo-se absterido da votação o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, a Sra. Dra. Rosária de Fátima Leite Tavares, a Sra. Dra. Tânia Filipa da Costa Fernandes, o Sr. Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes e o Sr. Serafim Rodrigues.-----

**Reentraram na sala os Senhores José do Nascimento Peres e Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro.**-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE**

**SETEMBRO:** Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para apreciação, informação escrita, datada de 17 de abril, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre 6 de fevereiro e 2 de abril de dois mil e quinze. Presente ainda informação do Sr. Presidente da Câmara, de 29 de abril, relativa a correções introduzidas ao texto constante das páginas 4 e 5 da Informação Municipal.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal de 17 de abril e respetiva retificação de 29 de abril.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal** mostrou disponibilidade para prestar algum esclarecimento relacionado com a atividade municipal.-----

**Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** referindo, que na altura em que estava na Câmara, o Presidente da Junta de Carregosa de então, quando

29.04.2015

a Câmara Municipal de Vale de Cambra fazia algum trabalho de pavimentação ou outro, agradecia o trabalho realizado, embora o território fosse nosso.-----

Relativamente à atividade municipal e concretamente sobre a Escola do Búzio, perguntou como está o dossier de participações, se já entrou o dinheiro e se a obra já está concluída porque umas vezes está, outras não está, na respetiva informação municipal.-----

Sobre a Av. Vale do Caima e, como havia também um protocolo com a EP – Estradas de Portugal, perguntou se está tudo a correr bem.-----

**Usou da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** referindo que há uma questão na qual pensa que a Câmara deve intervir, que é o barulho ensurdecedor provocado pelas obras a decorrer na Escola Secundária, que consegue ouvir perfeitamente a 300m de distância. Não entende como é que os professores conseguem dar as aulas e os alunos tomar atenção às mesmas, pelo que solicita à Câmara que tome as medidas que entenda por convenientes. Entende que deve ser degradante para quem trabalha e para quem lá está a ouvir.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Sr. Dr. Manuel Augusto que a Escola do Búzio está, e sobre a Av. Vale do Caima respondeu que ainda não está completamente.-----

Ao Sr. Eng.º Afonso Almeida disse que as obras da Escola Secundária nada têm que ver com a Câmara, é uma obra da Parque Escolar e, que até à data, nem os professores, nem o Sr. Diretor da Escola reportou nenhuma situação de barulho anormal.-----

**Concedida a palavra à Sra. Vereadora da Educação, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva**, esclareceu sobre este assunto que, na parte nova, aquela já concluída, as salas estão isoladas de tal maneira que estando dentro de qualquer compartimento não se ouve o barulho. O que efetivamente incomoda é o pó e o cheiro a tinta. Quanto ao barulho efetivamente não incomoda, se calhar os vizinhos ouvem mais do que as pessoas que estão no edifício.-----

29.04.2015

**2. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA M.J. AMARAL, EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LDA. – deliberação da Câmara Municipal de 24.02.2015: -----**

**Antes de iniciar a discussão do ponto, o Sr. Presidente da Assembleia fez a seguinte correção ao agendamento do ponto onde se lê “24.02.2015”, deve ler-se “24.03.2015”.-----**

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e quatro de março, pela qual declarou o interesse público municipal na ampliação das instalações da empresa M. J. Amaral, Equipamentos Industriais, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com os fundamentos da informação/proposta apresentada, remetendo o assunto para a Assembleia Municipal.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que este pedido tem a ver com um ou dois que já vieram anteriormente a esta Assembleia. A empresa está a aproveitar uma oportunidade que a legislação concede às empresas para poderem legalizar/ampliar, antes não o poderiam fazer. Isto carece de deliberação da Câmara, e da deliberação do interesse municipal em que se reveste o investimento desta ou destas empresas para o Concelho de Vale de Cambra, naquilo que é naturalmente o apoio à economia e o apoio à criação de postos de trabalho. A Câmara tem feito sensibilização junto dos empresários que estavam em situação similar por forma a aproveitarem esta oportunidade que a legislação concede, de crescimento empresarial, que é sempre bem vinda.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, reconhecer o Interesse Público Municipal na ampliação das instalações da empresa M. J. Amaral, Equipamentos Industriais, Lda., nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de vinte e quatro de março.-----

29.04.2015

**Declaração de voto da bancada do PPD/PSD, proferida pelo Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho:** “Dado que o presente e o futuro económico e social do Município depende da grandeza do nosso mundo empresarial, a Bancada do PSD congratula-se com a atividade desenvolvida pela empresa M. J. Amaral, Equipamentos Industriais, Lda., felicitando a sua gerência, colaboradores e trabalhadores.”-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que este é certamente o pensar de toda a Assembleia.-----

**3. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA FAZENDA & SILVA, LDA. - deliberação da Câmara Municipal de 24.02.2015:-----**

**Antes de iniciar a discussão do ponto, o Sr. Presidente da Assembleia fez a seguinte correção ao agendamento do ponto onde se lê “24.02.2015”, deve ler-se “24.03.2015”.-----**

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e quatro de março, pela qual declarou o interesse público municipal na ampliação das instalações da empresa Fazenda & Silva, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com os fundamentos da informação/proposta apresentada, remetendo o assunto para a Assembleia Municipal.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que este pedido é exatamente nos moldes do anterior. Esta empresa também quer crescer e criar novos postos de trabalho. É uma empresa que tem capacidade exportadora e capacidade de inovação. Neste sentido, e aproveitando a oportunidade que a legislação concede, pede o reconhecimento do interesse público municipal, que de facto o é.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, reconhecer o Interesse Público Municipal na ampliação das

29.04.2015

instalações da empresa Fazenda & Silva, Lda., nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de vinte e quatro de março.-----

**Declaração de voto da bancada do PPD/PSD, proferida pelo Sr. Dr. Manuel**

**Augusto de Bastos Carvalho:** “Dado que o presente e o futuro económico e social do Município depende da grandeza do nosso mundo empresarial, a Bancada do PSD congratula-se com a atividade desenvolvida pela empresa Fazenda & Silva, Lda., felicitando a sua gerência, colaboradores e trabalhadores.”

**4. RETIFICAÇÕES AOS ARTIGOS 106.º E 118.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO (RMUE), PUBLICADO NO D.R. 2.ª SÉRIE, N.º 45, DE 5 DE MARÇO DE 2015 – deliberação da Câmara Municipal de 24.03.2015: -----**

**Feita a seguinte correção ao agendamento do ponto onde se lê “artigo 106.º e 118.º” deve ler-se artigo “6.º e 118.º”, conforme se verifica pela documentação enviada.-----**

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e quatro de março, pela qual aprovou a manutenção do texto “E as respetivas taxas de apresentação de processos são reduzidas em 50%” no segundo período do 1º parágrafo do artigo 6º do RMUE e, a correção ao texto do artigo 118º, onde deve referir-se “artigo 105º”. -----

**Concedida a palavra ao Sr. Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes** e, após cumprimentar todos os presentes, com especial ênfase no Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, dada a sua hospitalidade, passou a explicar que este ponto trata de simples lapsos detetados já após a publicação do Regulamento em Diário da República, feita uma consulta mais minuciosa. Tem que ver com a renumeração de artigos, num artigo remetia-se para outro que entretanto teve o seu número alterado, e falhou esse pormenor. Remetia-se neste caso para o artigo 102.º e era na verdade o 105.º.-----

29.04.2015

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar as seguintes retificações ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, publicado no DR 2.<sup>a</sup> Série, n.º 45, de 5 de março de 2015:-----

- acrescentar no segundo período do 1º parágrafo, do artigo 6.º, o seguinte texto “E as respetivas taxas de apresentação de processos são reduzidas em 50%”, ripristinando assim a redação do anterior RMUE;-----

- no artigo 118.º, onde se lê “artigo n.º 102.º”, passa a constar “artigo n.º 105.º”.-----

**5. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PDM – deliberação da Câmara Municipal de 16.04.2015:** Este assunto foi retirado de apreciação, a pedido da Câmara Municipal, conforme explicação dada no PAOD.-----

**6. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DAS FESTAS DE SANTO ANTÓNIO DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA – deliberação da Câmara Municipal de 24.02.2015:** Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e quatro de fevereiro pela qual aprovou o Regulamento das Festas de Santo António do Município de Vale de Cambra e remete para aprovação da Assembleia Municipal.-----

**Concedida a palavra à Sra. Vereadora da Cultural, Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva,** explicou que a principal alteração ao Regulamento das Festas de Santo tem que ver com a introdução de um artigo que permite a colaboração de uma Comissão de festas na organização das Festas do Município. O Regulamento anterior apenas permitia que a Câmara fosse a única organizadora das Festas de Santo António, enquanto que este permite que uma comissão de festas, no caso de existir e estar legalmente constituída para o efeito, possa também assumir a organização deste evento. Há ainda pequenas alterações que foram efetuadas em alguns artigos por forma a completar o Regulamento.-----

29.04.2015

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar o novo Regulamento das Festas de Santo António do Município de Vale de Cambra.-----

**Ausentou-se da sala, o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho.**-----

**7. ADITAMENTO AO ACORDO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – deliberação da Câmara Municipal**

**de 07.04.2015:** Presente deliberação da Câmara Municipal de sete de abril, pela qual aprovou o aditamento/alteração ao Acordo celebrado entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.----

**Concedida a palavra à Sra. Vereadora da Educação, Eng.<sup>a</sup> Maria Catarina Lopes Paiva** explicou que é proposta uma alteração ao Acordo de Colaboração celebrado com a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, uma vez que o CAE da União de Freguesias não permite que recebam a comparticipação dos pais, relativamente ao prolongamento de horário. Nestes termos, passa a Câmara Municipal a receber essa comparticipação e, faz-se um acordo pelo qual a Câmara acompanha a execução técnica e financiamento do projeto, transferindo depois para a Junta de Freguesia a verba atribuída.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por maioria de vinte votos a favor, tendo-se absterido da votação os Senhores, Dra. Rosária de Fátima Leite Tavares, Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro e Eng.<sup>o</sup> Filipe Pascoal da Silva Fernandes (da bancada do PPD/PSD), aprovar uma alteração ao Acordo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, passando a alínea e) do número 1, da clausula 4<sup>a</sup> do referido Acordo, a ter a seguinte redação:-----



29.04.2015

“e) Acompanhar a execução técnica e financeira do Projeto, transferindo para a União de Freguesias: -----

- 100% das verbas que venham a ser-lhe atribuídas pela Direção Regional de Educação do Norte no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado em 1998, entre os Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho e a Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
- 100% das comparticipações pagas pelos encarregados de educação à Câmara Municipal para a frequência das Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação pré-escolar nos Jardins de Infância de Codal e Vila Chã.”-----

**Reentrou o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho.**-----

**Neste momento, foi feito um intervalo de cerca de cinco minutos.**-----

#### **8. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2014 – deliberação da Câmara**

**Municipal de 16.04.2015:** Presente a deliberação da Câmara Municipal de dezasseis de abril, pela qual submete a aprovação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2014, cujas cópias ficam apenas à ata da sessão. -----

**Concedida a palavra ao Sr. Vereador das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes,** que, atentas a reserva e as ênfases do ROC, relativamente aos documentos de prestação de contas, salientou:-----

- que o município cumpriu a nova regra relativa à dívida, ficando a mesma abaixo de 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (não se considerando para este efeito, e obviamente, qualquer passivo contingente);-----
- o elevado esforço da diminuição das contas Empréstimos de M/L Prazo e dívidas a terceiros de Curto Prazo - que se traduziu no valor de 3.591.739,70€;-----
- a redução do prazo médio de pagamentos, conforme consta na nota 9.2 do Relatório e Contas;-----

29.04.2015

- que os fundos próprios totalizaram no final de dois mil e catorze o valor de 48.974.072,39€, valor inferior em 1,16% face ao verificado no exercício anterior, o que se deveu essencialmente a ajustamentos na conta 51 – Património;-----
- que o Resultado Líquido do Exercício, com um montante de 1.153.511,28€, apresenta, em dois mil e catorze, uma diminuição de 18,49%, face ao ano transato, tendo contribuído para este resultado o comportamento de contas de custos como são exemplo o aumento das provisões. No caso dos municípios, referiu entender que esta conta isolada deve ser vista numa ótica meramente contabilística;-----
- que o total da despesa paga foi de 14.812.175,86 € e o total da receita cobrada foi de 16.595.562,37 €, a que corresponde uma taxa de execução de 80,56%, uma das taxas de execução mais altas que tiveram nos últimos exercícios;-----
- que as funções sociais são as que maior grau de execução têm relativamente aos montantes executados pelo Município, com uma percentagem acima de 67%;
- que a redução operada dos pagamentos em atraso foi bastante superior à legalmente exigida, passando de pagamentos em atraso no valor de 998.950,96€, em 31 de dezembro de 2013, para 438.814,53€ em 31 de dezembro de 2014 (uma redução de € 560,136,43);-----
- pretendem pois prosseguir com o processo de consolidação orçamental, através da adesão estrita aos compromissos assumidos;-----
- a existência de apenas uma reserva por parte dos Revisores Oficiais de Contas, sendo esta referente à existência de diversas contingências que não permitem quantificar com exatidão os possíveis efeitos a registar nas demonstrações financeiras provenientes dessas situações;-----
- o facto de que três das reservas mencionadas na Certificação Legal das Contas de 31 de dezembro de 2013 deixam de aplicar-se, facto possível pelo excelente acompanhamento técnico, salientando ainda o enorme esforço desenvolvido pelos serviços da Divisão Administrativa e Financeira que face, tanto aos novos

29.04.2015

desafios decorrentes da aplicação de nova legislação, como às exigências sempre crescentes dos atuais Revisores de Contas, sempre responderam com profissionalismo e dedicação, o que, aliás, historicamente tem vindo a ser reconhecido.-----

Por fim, referiu estar disponível para quaisquer esclarecimentos adicionais que os membros da Assembleia entendessem necessários, estando ainda presente o Dr. Rui Valente, diretor financeiro da Câmara que poderá prestar algum esclarecimento técnico, bem como os Revisores de Contas que fizeram questão de estar presentes para entregar o Relatório ao Sr. Presidente da Assembleia.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** referiu que a atividade financeira de uma entidade é o facto mais importante ou dos mais importantes num exercício. Quando se apreciam as contas, têm de olhar de dois prismas diferentes, primeiro a forma como são apresentadas, segundo a substância. Quanto à forma parece-lhe que as contas são apresentadas em boa ordem e que, com a ressalva apresentada das contingências, já reveladas por uma auditoria efetuada durante 2014, com essa ressalva as contas apresentam de forma apropriada a situação financeira e económica da Câmara Municipal. Isso acaba por ser comprovado pela Certificação Legal de Contas emitida pelos ROC da Câmara, pessoas certificadas para o efeito e competentes para o efeito, e que também eles na Certificação legal de Contas fazem referência a essa ressalva, através de uma reserva.-----

Fazendo uma apreciação das contas quanto à substância, começou por contextualizar o ano de dois mil e catorze, que estão a apreciar. Já na aprovação do orçamento, tiveram em conta que 2014 iria ser um ano naturalmente difícil, com um enquadramento conjuntural de austeridade e de alguma diminuição de receitas das famílias, das empresas e do próprio estado, o que iria condicionar a vida de uma entidade como é a Autarquia. Acresce também enquadrá-lo num apertado quadro legal que hoje não dá tanta abertura ao funcionamento

29.04.2015

económico e financeiro de uma Autarquia, como já terá dado no passado, isto porque a Lei das Finanças Locais foi alterada em setembro de 2013, tendo também surgido, entretanto a Lei dos Compromissos e dos pagamento em atraso, que também condiciona a atividade económica e anual de uma Câmara. Além disso, também foi condicionada a sua atividade pela situação financeira da própria Câmara Municipal e, também por um quadro comunitário que esteve na sua fase final e não disponibilizou os fundos comunitários, que muitas vezes são fundamentais para o investimento que é feito a nível autárquico. Perante este contexto a Câmara teria de ter uma ação caracterizada por contenção e por rigor. Acha que foi de facto o que aconteceu e por isso manifestou apreço pela forma como geriu as contas da Autarquia no ano de 2014. Referenciou o grau de execução das receitas, que foi de 80,6%, portanto superior ao da despesa que ficou nos 72%, o que quer dizer que relativamente àquilo que estava orçamentado a Câmara apertou mais ao nível da despesa, e daquilo que estava previsto só gastou 72%, do que ao nível da receita onde foi aos 80,6%. Observando as despesas e receitas correntes, aquelas geradas no dia-a-dia, e que excluem a área de investimento, a receita corrente ultrapassou até a orçada, e foi de 102,5%, enquanto que a despesa corrente, com despesas com salários, com compras de bens e serviços ficou-se nos 82%, notando-se aqui uma ação e uma atitude austera e rigorosa por parte da Câmara Municipal. É bom apreciar um outro indicador que tem de ver com a relação entre as receitas correntes e as despesas correntes, este rácio era de 128% em 2013 e passou para 140% em 2014. Isso quer dizer que a Câmara com as receitas correntes que teve conseguiu financiar a totalidade das despesas correntes e ainda libertou 40% para outros fins, nomeadamente para despesas de Capital. Saliu um outro aspeto importante que é o grau de independência da Câmara Municipal relativamente às transferências do Estado. As receitas próprias da Câmara foram de 50% do total das receitas correntes. Num contexto como é o atual e que se

29.04.2015

prevê que se mantenha nos próximos anos, a nível do Poder Central de apertar mais o cinto, a Câmara de Vale de Cambra aumentou a capacidade de resiliência a essas limitações. Saliou ainda um ponto já referido pelo Senhor Vereador – o rigor e a disciplina financeira da Câmara, sendo que se verificou uma diminuição dos pagamentos em atraso de novecentos e noventa e nove mil euros, que era valor em débito que havia em atraso no final de 2013, para quatrocentos e trinta e nove mil euros no final de 2014. Estes pagamento em atraso, para além do próprio custo que têm, custo até social porque afeta a economia local de que dependem muitos dos fornecedores da Câmara Municipal, tem também custos financeiros porque muitas vezes acarreta juros de mora para a autarquia. Sobre esta rúbrica dos pagamentos em atraso referiu ainda que o comportamento da Câmara Municipal superou e reduziu os pagamentos em atraso muito para além do que era exigido legalmente, acrescentando que toda esta situação foi possível sem que o município tenha aumentado impostos municipais, taxas ou os preços dos produtos e serviços que presta à comunidade. Aliás até recentemente, na última sessão, reduziram as taxas do RMUE, contudo não se repercute nas contas de 2014, mas no futuro. Foi também em 2014 que se deu o primeiro benefício fiscal à população do Concelho, ou seja, a Câmara abdicou de 1% do IRS de cada cidadão, transferindo-o para cada um dos cidadão. Segundo as suas contas isso significou uma perda de receita de cento e treze mil euros. Se tivessem mantido a apropriação dos 5% dos anos anteriores e não descido para os 4%, a Câmara teria recebido mais cento e treze mil euros durante esse ano. Os principais resultados da atividade municipal no que toca às finanças locais, verificam-se ao nível do comportamento da dívida, e relativamente aos empréstimos a médio e longo prazo. Empréstimos bancários que são remunerados, a Câmara Municipal baixou esse valor de doze milhões de euros em 2013, para nove vírgula oito milhões de euros no final de 2014, ou seja uma redução de dois virgula quatro milhões de euros num ano. A dívida de curto prazo,

29.04.2015

que é essencialmente dívida a fornecedores, foi baixada de quatro ponto quatro milhões de euros para três ponto dois milhões em 2014, uma redução de um ponto dois milhões de euros, ou seja a dívida total da Câmara, a dívida bruta, baixou três vírgula seis milhões de euros, do final de 2013 para o final de 2014. Acrescentou ainda outro aspeto, “as disponibilidades” - o dinheiro que a Câmara tem disponível, os depósitos que tem, que muitos deles estão a caucionar naturalmente alguns projetos, aumentaram de dois vírgula três milhões de euros para dois vírgula cinco milhões de euros, ou seja, houve ainda um aumento das disponibilidades, fundamentalmente da liquidez da Câmara de duzentos mil euros, zero vírgula dois milhões de euros, o que significa que o endividamento, a dívida líquida caiu três vírgula oito milhões de euros. Sendo ainda o ponto fundamental que com esta disciplina financeira da Câmara Municipal e o rigor empregue, os juros que a Câmara suportou durante o ano baixou de quinhentos e vinte e dois mil euros em 2013, para cento e quarenta e um mil euros em 2014, ou seja a Câmara poupou trezentos e oitenta e um mil euros em juros. Se há algumas despesas correntes que quando são reduzidas têm impacto social, por serem valores transferidos para a população do concelho, através de benefícios ou serviços prestados a comunidade, as despesas com juros que pagamos, seja numa câmara, numa empresa, ou numa família, é uma pura destruição do valor, e a Câmara conseguiu, com todo este rigor e disciplina de louvar, evitar uma destruição de valor de trezentos e oitenta e um mil euros, que poupou para todo o concelho.-----

Terminou referindo que foi feliz a circunstância de ser aqui a apreciação da atividade económica do concelho de Vale de Cambra no território de Codal, porque de facto este é um território que, como já referiu na sua intervenção anterior, tem dado uma lição económica não só ao concelho mas até ao País pelo desenvolvimento industrial que tem tido, pela riqueza que tem criado e gerado, e por aquilo que tem contribuído através das empresas e das pessoas que aqui

29.04.2015

vivem. Para o erário da Câmara Municipal é um exemplo e, felizmente estão a aprovar as contas nesta freguesia tão dinâmica economicamente do concelho.-----

**Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** referindo que faz suas as palavras do Dr. José Soares. Está tudo muito bem. A Câmara de Vale de Cambra sempre se habituou a viver de acordo com as circunstâncias, dentro da austeridade ou fora dela. Mas, aqui em Vale de Cambra foi sempre austeridade, tiveram sempre dificuldade para acompanhar, em termos instituição, de obra pública e infraestrutura pública, a obra privada. Face à apreciação geral da conta de gerência deste executivo, subscreve em parte e, até no seu todo, o que disse o Dr. José Soares. Ainda assim lembrou que há oito anos o endividamento era muito maior, o serviço de dívida era muito maior e, no entanto, o Município progrediu, desenvolveu-se, houve obra. Inclusivamente esse endividamento está no desenvolvimento, foi feito para desenvolver o município.-----

Relativamente ao documento entregue pelo Sr. Presidente da Assembleia, sobre a auditoria, e sobre o efeito que isso pode ter nestas contas, disse que o que vai fazer e dizer é da sua lavra, e nada tem que ver com o anterior Presidente da Câmara ou com outros cenários, vai dizer aquilo que entende. Embora ache que as contas estejam bem feitas, disse que não pode deixar de perguntar ao executivo o seguinte: Esta conta de gerência foi feita no estrito acordo do Pocal, com as diversas alterações que tem recebido até à data?-----

Informou que vai fazer uma declaração de voto sobre este assunto, acrescentando que no seu entendimento, se a Câmara Municipal tem uma dívida de vinte e sete milhões, conforme foi anunciado nos jornais, esta conta de gerência não pode ser aprovada porque ela não corresponde a isso. Referiu querer saber se a dívida é de vinte e sete milhões, conforme apareceu nos jornais, ou se é de quinze milhões duzentos e setenta e um mil e quinhentos e trinta e um euros. A conta de gerência tem de refletir isso. Como referido pelo Dr. José Soares, as contas foram bem apresentadas, está tudo muito bem. Disse

29.04.2015

acreditar nos serviços da Câmara, bem como no ROC, quer no anterior, quer no atual, portanto acredita nas instituições e nas pessoas.-----

**Usou da palavra novamente o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** para falar sobre uma questão já referenciada em sessões anteriores e que ainda não está bem esclarecida - o valor da dívida. O que têm dito é que esse valor de, vinte e sete milhões se refere à dívida que está contabilizada, que é efetiva, mais aquela que pode resultar de contingências apuradas e que se podem tornar efetivas. O Relatório nesse aspeto é claro, quando falando sobre a rubrica de endividamento, refere o seguinte (página 13 do documento): “Durante o ano de 2014, foi elaborado e apresentado à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nomeadamente na reunião de 2 de dezembro de 2014 e sessão de 15 de dezembro de 2014, respetivamente, um Relatório de Auditoria à Situação Financeira ao Município de Vale de Cambra reportado a 31 de outubro de 2013 que evidencia a existência de passivos contingentes que, a tornarem-se responsabilidades efetivas, poderão traduzir-se em aumento futuro de endividamento.” É esse conjunto de passivos contingentes que foram apurados por uma equipa de auditores certificados e que são profissionais independentes, habituados a fazer esse trabalho, que os identificaram, e que a Câmara, e bem, ainda não reflete nestas contas porque vai lutar para que eventualmente esta dívida contingente seja minimizada ao máximo e, se possível nem ocorra. Ao refletir nas contas poderia estar já a dar um ponto a favor de quem vai exigir, como é o caso agora desta discussão que vai ocorrer no tribunal arbitral. Não sabe os argumentos que a Câmara vai apresentar, mas, embora não seja jurista, na sua perspetiva se calhar o contrato de conceção à VCP até é anulável porque é um contrato completamente desproporcionado, é um contrato que prevê para uma concessionária uma taxa interna de rentabilidade, para vinte e cinco anos, de cerca de 13% ao ano. Ninguém hoje consegue aplicar dinheiro num banco a 13% ao ano e que, portanto, é um contrato que contraria todos os princípios da



29.04.2015

normalidade e que a Câmara, com uma flutuação que poderá baixar ligeiramente esta taxa de rentabilidade, assegurou um mecanismo financeiro de compensações para assegurar esta taxa de rentabilidade. Portanto há, de facto, que seguir um caminho de evitar ao máximo que estas contingências se traduzam em realidades efetivas, mas o que certo é que elas existem e são potenciais custos que naturalmente terão de ser cobertos com a dívida. É preocupante porque o endividamento também está limitado.-----

**Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** começando por dizer que são mais brandos nesta matéria, pois “com o tempo a verdade há-de vir ao cima”, portanto não vale a pena estarem tão preocupados com os milhões acima ou a baixo.-----

De seguida, referiu que o Sr. Presidente da Câmara certamente poderá agora informar sobre o que questionou quanto ao que a Autarquia pagou à VCP, no ano de 2014.-----

Com os resultados apresentados, que não contestam e, partindo do princípio que o ano de 2015 funcionará nos mesmos moldes, no ano de 2016 em Vale de Cambra irão ter obras até dizer chega porque com uma gestão deste tipo no próximo ano teremos grandes projetos em execução!-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** referiu que isto do ser e não ser não cabe numas contas, a dívida é ou não é. Isso não lhe entra na cabeça nem entra na contabilidade pública, nem no POCAL, isto é perigoso para o Município o que estão a tentar fazer e passar. Acrescentou que votará favoravelmente as contas de 15.271.351 euros e são só estas.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia** informou que a votação encontram-se o Relatório e as Contas de 2014, não podem ser separar as duas coisas. Pode fazer declaração de voto.-----

**Retomando a palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho** referiu saber que está em apreciação o Relatório e as Contas. Repetiu que o Município de Vale de

29.04.2015

Cambra apresenta neste Relatório e Contas em 31 de dezembro de 2014, 15.271.351€, e as contas estão bem feitas, de acordo com o POCAL. Misturar é perigoso, quer em termos de opinião pública, quer em termos de contabilidade pública. São 15.271.351€.

**No uso da palavra o Sr. Albano Oliveira Braga** referiu que estão aqui num jogo de palavras sobre as dívidas da Autarquia, é só humor. Perguntou ao Sr. Vereador das Finanças se é verdade que as tais dívidas contingentes estão a aparecer. Perguntou ainda ao Sr. Vereador se não apareceram já faturas, se são de umas centenas de euros ou de umas centenas largas de milhares de euros, de empreiteiros sobre obras feitas, com pedido ou sem pedido, com projeto ou sem projeto, a violar a lei ou não. Perguntou também que responsabilidades irão haver, políticas e de alguns técnicos. Refere-se a obras feitas por empreiteiros, que eventualmente já chegaram e outras faturas que ainda vão entrar. Toda a gente sabe das dívidas contingentes, que na ideia de alguns se calhar não são para pagar, e relativamente ao Parque da Cidade, falta ainda pagar cerca de quarenta por cento dos terrenos, que alguém disse em tempos que estava tudo pago. Está em causa cerca de meio milhão de euros, fora as custas do tribunal e os honorários dos advogados. As decisões que têm saído, quase todas elas, não estabelecem €3,15/m<sup>2</sup>, mas acima dos 10 euros, a €12 e €13, não contabilizando as custas dos advogados e as custas judiciais. Também sobre a Zona Industrial de Codal saiu há pouco tempo, não os €7,15 que se apregoava de média, mas a vinte e tal euros o metro quadrado. É público, qualquer membro da Assembleia pode consultar esses dados no Tribunal. Isso são dívidas contingentes que quase todas as semanas chegam. Que o Sr. Vereador das Finanças diga se são dívidas de simples milhares de euros ou se são de centenas de milhares de euros, e o que vai acontecer, se Câmara tem de pagar ou não.

**No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** referiu que também vai votar as contas de acordo com o POCAL, acrescentando que no

29.04.2015

ponto 8.2.27, do anexo às Contas do POCAL, diz exatamente isso: “importa ter presente a existência de outros passivos contingentes tal como os vertidos no Relatório de Auditoria à situação financeira ao Município de Vale de Cambra à data de 31 de outubro de 2013, elementos já conhecidos da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, respetivamente na reunião de 2 de dezembro de 2014 e sessão de 15 de dezembro de 2014, respetivamente”. O próprio POCAL num dos seus pontos chamado “provisões e produtos contingentes” prevê de facto que sejam aqui referidos todos estes passivos contingentes e outras provisões que, não estando refletidos nas contas, o possam vir a ser no futuro.-----

**Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** ao Dr. José Soares disse que ia fazer o mesmo, vai votar isso. Quanto ao que vem, sempre foi assim a Câmara sempre pagou, e vai pagar e muito bem por este executivo e pelo que há-de seguir, sempre foi assim. Vão votar esta conta de gerência de acordo com a Lei, só isso.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas apresentados, relativos ao ano de dois mil e catorze, por maioria de vinte e dois votos a favor, das bancadas do CDS/PP e do PPD/PSD, com a abstenção dos quatro elementos da bancada do PS.-----

**Declaração de voto da bancada do PPD/PSD, proferida pelo Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, conforme entregue por escrito:** “Votamos favoravelmente o Relatório e Contas porque refletem a verdade financeira da Câmara Municipal, com a dívida de 15.271.351euros, tal como a verdade da Conta de Gerência de 2013 com a dívida de 16.500.000euros.”-----

**9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2014 – deliberação da Câmara Municipal de 16.04.2015:** Presente a deliberação da Câmara Municipal de dezasseis de abril, pela qual aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 e remete à Assembleia para aprovação.-----

29.04.2015

**O Sr. Vereador das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes,** referiu que este ponto resulta da aplicação da Lei, se alguém precisar de um esclarecimento adicional será dado, mas tanto este como o ponto seguinte decorrem da Lei. -----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aplicar o resultado líquido do exercício de 2014, com a seguinte distribuição, nos termos propostos pela Câmara Municipal: -----

Reservas legais: 57.675,56€;-----

Resultados Transitados: 1.095.835,72€.-----

#### **10. REVISÃO ORÇAMENTAL – deliberação da Câmara Municipal de**

**16.04.2015:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril, pela qual aprovou a proposta de revisão ao Orçamento de dois mil e quinze e submeter à Assembleia Municipal.-----

**O Sr. Vereador das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes,** esclareceu que se trata da aplicação da Lei, sendo a primeira revisão orçamental, que resulta da incorporação do saldo de gerência. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar a revisão ao Orçamento de dois mil e quinze, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 16 de abril.-----

**Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal conforme deliberado no período da antes da ordem do dia, colocou a discussão o ponto n.º 11.**-----

#### **11. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – FALECIMENTO DE RICARDO JOSÉ**

**PAIVA GOMES:** Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e um de abril, pela qual propõe à Assembleia Municipal a isenção de taxas relativas a ocupação da casa mortuária no valor de 51,85€ e de inumação no valor de 20,74€, resultantes do falecimento do Sr. Ricardo José Paiva Gomes e considerando o estado de grave carência do agregado familiar.-----

29.04.2015

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** referiu que não é com agrado que trazem excecionalmente este assunto a votação. Houve uma trágica ocorrência em Teamonde, onde um cidadão Valecambrense perdeu a vida e, no seguimento dessa ocorrência, propõe-se a aprovação do pedido formulado para isenção de taxas. Estamos a dar um pequeno apoio social ao familiar que teria de arcar com as despesas.-----

**Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** referindo que, mesmo sabendo que a Lei obriga a determinados procedimento, entende que a Câmara Municipal poderia ter ultrapassado isto, pois estão a falar de setenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos e, ponderando todo o trabalho que se teve, desde o envio de toda a documentação aos membros da Assembleia numa última tiragem e todo o trabalho que deu, pergunta se não seria possível através dos serviços sociais da Câmara, e porque se trata de um assunto social, resolver o assunto sem vir à Assembleia Municipal. Poderia ser encontrado um caminho que facilitasse, não este porque já está em andamento, mas os futuros, uma vez que os custos inerentes são superiores ao que se vai atribuir. -----

**O Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes** esclareceu que o pedido foi efetuado por um familiar do Sr. Ricardo que faleceu. Relembrou que algum tempo atrás o Sr. Eng.º Afonso referiu que as competências devem estar com quem as tem direito de exercer, e esta é uma competência da exclusiva responsabilidade da Assembleia Municipal. Não é pelo valor, é pelo facto de estarem a falar do nome de uma pessoa, já falecida, que custa discutir o assunto, porque o valor até podia ser de um cêntimo, a responsabilidade seria da Assembleia Municipal, por regulamentação legal. É uma competência da Assembleia Municipal e que esta tem de exercer. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 21 de abril, de isenção de taxas respeitantes à ocupação da casa mortuária no valor de 51,85€ e de

29.04.2015

inumação no valor de 20,74€, resultantes do falecimento do Sr. Ricardo José Paiva Gomes, considerando o estado de grave carência do seu agregado familiar.

**12. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, o Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, referiu entender que o assunto que o Sr. Manuel Domingos Tavares abordará deveria ser agendado na ordem do dia, uma vez que dá conta de mais uma reunião do Conselho da Comunidade do ACES, na qual participou como representante eleito por esta Assembleia Municipal. Agradeceu ao mesmo o tempo que esteve à espera e a sua disponibilidade.-----

**Usou da palavra o primeiro inscrito, o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares,** residente na Rua Camilo Castelo Branco, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, para dar conta dos assuntos tratados na última reunião do Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte, que se realizou a 28 de abril, designadamente os resultados do ACES no período 2012-2014. Destacou o seguinte, de acordo com o apresentado na referida reunião: (1) abaixamento/redução das despesas graças ao empenhamento de todos, à redução do trabalho extraordinário, à redução do recurso aos táxis, à gestão/controlo de stock; (2) a aposta nos rastreios das várias especialidades foi uma aposta ganha e será necessariamente para continuar e desenvolver no futuro; (3) sem descurar os cuidados com todos os tipos de doença, foi dada prioridade à diabetes, à tuberculose, à obesidade, hipertensão arterial e aos tumores, por serem as doenças que mais vítimas provocam e esta prioridade é

29.04.2015

para continuar. Referiu que a população dos três concelhos que integram o ACES – Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira andar­á na ordem dos cento e doze mil pessoas, das quais cento e cinco mil estar­á no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e que devem ter m­édico de fam­ília. Na sua intervenção de fevereiro do ano passado e, de acordo com os dados ent­ão existentes, o n­úmero de utentes sem m­édico de fam­ília a 18 de fevereiro de 2014 era de dez mil trezentos e cinquenta e dois nos tr­ês concelhos, sendo que no final de 2014 era de cinco mil setecentos e cinquenta e oito, e na presente data é apenas de cerca de mil, nos tr­ês concelhos. Relativamente a este n­úmero duzentos referem-se ao Concelho de Vale de Cambra e à Freguesia de Macieira de Cambra. O restante refere-se a utentes do concelho de Oliveira de Azeméis, sendo que S. João da Madeira, como habitualmente, praticamente n­ão tem utentes sem m­édico de fam­ília. Segundo o Dr. Miguel Portela toda a equipa est­á a desenvolver esfor­ços para que at­é final do corrente ano, este n­úmero passe para zero. Acredita que tal seja poss­ível, dada a forma como o v­ê acompanhar as pessoas.-----

Referiu outra quest­ão que o preocupa e que foi tamb­ém l­á abordada. Embora n­ão seja uma mat­eria do ACES, é uma mat­eria que a todos diz respeito, isto é nos tr­ês concelhos n­ão h­á uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC) ativa. Qualquer pessoa destes tr­ês concelhos que adoeça e que esteja no hospital e que tenha de sair do mesmo, n­ão vem para estes concelhos, o melhor que pode acontecer é ir parar a Arouca ou Castelo de Paiva, ou ent­ão poder­á ir para o Porto, Vila Nova de Gaia, Braga, ou ainda mais longe, onde poder­á estar dois ou tr­ês meses, acarretando dificuldades para as fam­ílias. Todos, quer a C­âmara, quer a Assembleia, quer os utentes, se calhar n­ão pressionaram a ARS Norte neste sentido. Temos um Centro de Sa­úde, onde se gastaram milhares de euros para preparar uma UCC e a mesma n­ão abre. Temos um hospital em Oliveira de Azeméis, outro em S. João da Madeira, sendo que este ­ltimo funciona

29.04.2015

praticamente só em dias úteis, fazendo-se apenas cirurgias em ambulatório, contudo tem ótimas condições para uma UCC. Acontece que as pessoas são operadas em Santa Maria da Feira, cirurgias que requerem cerca de dez dias de internamento, mas os utentes ficam mais tempo pois não têm condições em casa para as acolher. Pode verificar essa situação concretamente em ortopedia. Pessoas que podiam sair do hospital em oito, quinze dias, ficaram um mês. Presenciei também o cancelamento de operações a pessoas já na sala de espera, contrariamente à vontade dos médicos mas porque não tinham camas, que estavam a ser ocupadas por pessoas que deveriam entretanto já ter saído. Isto terá acontecido a dezenas de pessoas, algumas pela segunda vez e que esperaram cerca de um ano pela marcação da operação. Uma UCC com cerca de trinta camas já ajudava muito. Num ano podem apoiar-se cerca de trezentas ou quatrocentas pessoas e se abrir outra unidade ainda mais. Sofrem com esta situação tanto os utentes como os médicos e os enfermeiros.-----

Deixa este assunto à consideração de quem possa ter influência nesta matéria. ---

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que dada a matéria apresentada este assunto não é obviamente para ser abordado no período de intervenção do público, o qual serve para a população fazer perguntas diretas ao Presidente da Câmara. Este assunto deverá ser incluído no Período da Ordem do Dia. Esta exceção é feita uma vez que o Cidadão Manuel Domingos da Costa Tavares está a prestar um serviço à Assembleia Municipal e ao Concelho. Fazendo mais uma exceção permitiu aos Membros da Assembleia que intervissem sobre o assunto apresentado.-----

**Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** agradecendo o trabalho que o Sr. Manuel Domingos desenvolve e como o apresentou. Corrobora com o que disse o Sr. Manuel Domingos, até por experiência pessoal. Acha inconcebível e inacreditável que no Governo anterior praticamente todos os Despachos foram corretos e em tempo aceitável relativos à UCC e, de repente,



29.04.2015

num Governo de coligação do PSD-CDS, Vale de Cambra está a ser atrasado, a ser arrasado, desfeito, com um desgaste para a Câmara Municipal e para todos. “Temos lá uma cambada” que não é capaz de respeitar a população, aquilo que os outros fizeram e que está bem feito. Referiu que é uma vergonha para o Município. É uma vergonha para as instituições! É uma vergonha para si próprio e para o Sr. Presidente da Câmara! Apelou ao Sr. Presidente da Câmara, já falaram sobre o assunto noutras oportunidades, que não se pode parar.-----

**Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, que saudou o Sr. Manuel Domingos pela sua intervenção e por ter despertado esta consciência e a real dificuldade que o concelho enfrenta. Partilha também as palavras do Sr. Dr. Manuel Augusto porque de facto têm conversado muito sobre isto, e algo que o deixa constrangido e preocupado é que foi celebrado e assinado um protocolo pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, no Centro de Saúde de Vale de Cambra, em período de campanha eleitoral, e que estaria tudo resolvido e a Unidade iria começar a funcionar passado meia dúzia de dias. Certo é que aquele protocolo não tinha nenhuma validade nem nenhum fundamento. Dilo com alguma pena pois quem está a perder são os Valecambrenses. Referiu ter-se cruzado com uns Valecambrenses em Macedo de Cavaleiros que tinham visitado um familiar internado em Bragança. Se dói ouvir isto em Vale de Cambra muito mais custa ouvir isto em Macedo de Cavaleiros. Isto é de facto dramático. Informou que têm feito imensa pressão junto da Administração Regional de Saúde, bem como junto do Governo no sentido deste problema ser resolvido. Tem reunido com alguma frequência com o Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia e, todos sabem das pedras colocadas no percurso em relação a esta matéria. Atreve-se a dizer que há provavelmente algo nos bastidores que tem feito com que a mesma ainda não tenha entrado em funcionamento, depois da unidade de cuidados continuados estar pronta, equipada e de uma estrutura disponível para assegurar. Referiu que

29.04.2015

várias vezes na companhia da Sra. Vereadora Eng.<sup>a</sup> Catarina Paiva se dirigiram à ARS Norte para reunir com o Sr. Dr. Castanheira Nunes, antigo Presidente da ARS Norte, para apelar ao seu máximo empenho na resolução deste problema. Tantas têm sido as dificuldades que ainda não conseguiram ultrapassar o obstáculo. Outra nuance tem que ver com o que são os objetivos do Governo quanto à cedência do espaço. Quando se assinou o protocolo em setembro de 2013, o edifício não pertencia à ARS, foi feito o registo que não existia, problema ultrapassado também por sua insistência junto do Governo, e até ao momento ainda não conseguiram uma efetiva redução da mensalidade a pagar. O Estado está a exigir um valor absurdo pela utilização das instalações quando, em sua opinião, deveria ser atribuído um período de carência à Santa Casa, de um ano, dois ou três para que a unidade entrasse em velocidade cruzeiro e, depois a partir do quarto ou quinto ano, então se cobrasse. Têm de “voltar à carga”. Garantiu que têm feito os possíveis para resolver o assunto. Por fim, referiu concordar com o Dr. Manuel Augusto quando disse ser inadmissível que os dois partidos que estão no Governo não tenham até hoje resolvido o problema, pois o mais importante aqui é resolver os problemas da população Valecambrense e que os seus familiares não tenham de ser internados a duzentos, trezentos quilómetros.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, dada a importância do tema para o Concelho, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que diligenciasse, o mais possível, pela sua resolução.-----

**De seguida, usou da palavra o segundo inscrito, Sr. Jorge Tavares da Costa**, residente na Rua da Carvalheira, freguesia de S. Pedro de Castelões, dando conta da colocação, pela União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, de duas placas de delimitação de freguesia na área da Freguesia de S. Pedro de Castelões, uma delas na variante que liga a Oliveira de Azeméis. Do mesmo já deu conta na Assembleia de Freguesia de S. Pedro de Castelões. Tendo-se falado da delimitação entre Municípios, têm de dar o exemplo “cá



